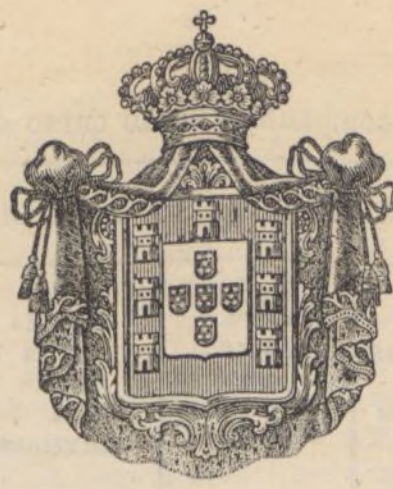


ASSIGNATURAS

Por um anno	104000
Por seis mezes	54600
Por tres mezes	34000
Avulso por folha	4040
Anuncios, por linha	4060

A correspondencia official da capital deve ser dirigida ao escriptorio do DIARIO DE LISBOA, na imprensa nacional, aonde igualmente se deve remetter, franca de porte, a correspondencia das provincias, assim como os periodicos que trocarem com o DIARIO DE LISBOA.

Anunciam-se todas as publicações literarias, de que se receberem dois exemplares.



DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

ASSIGNATURAS

Por um anno	124000
Por seis mezes	64600
Por tres mezes	34600
Communicados e correspondencias, por linha	4060

A correspondencia das provincias, assim a official como a particular, ou seja para realisar assignaturas da folha, ou para a publicação de editaes, annuncios ou communicados, deve vir acompanhada da importancia das assignaturas ou do preço das publicações pedidas, sem o que não se lhe dará destino. Os annuncios serão dirigidos á loja da venda do DIARIO DE LISBOA, rua Augusta n.º 224 e 226.

As pessoas que quizerem subscrever para o DIARIO DE LISBOA no 2.º trimestre do corrente anno podem dirigir-se á loja da venda do mesmo DIARIO, na rua Augusta n.º 224: os preços da assignatura são os seguintes: Com estampilha..... 3\$600 réis Sem estampilha..... 3\$000 „

A correspondencia para as assignaturas deve ser dirigida á referida loja, estampilhada e acompanhada da respectiva quantia. Os srs. assignantes do 1.º trimestre, que não quizerem soffrer interrupção na remessa do DIARIO, deverão em tempo renovar a sua assignatura.

Na referida loja acham-se á venda collecções do DIARIO DO GOVERNO dos annos de

1833 até 1859, pelo preço de 3\$000 réis por collecção de cada um dos ditos annos.

Suas Magestades e Suas Altezas passam sem novidade em sua importante saude.

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS E DE JUSTIÇA

DIRECÇÃO GERAL DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS

1.ª Repartição

Sua Magestade El-Rei ha por bem, em vista das informações e parecer do reverendo bispo de Beja, resolver que se abra concurso para o provimento das igrejas parochias de S. Julião de Ervidel, no concelho de Aljustrel, e S. Pedro de Melides, no concelho de Grandola; observando-se, quanto aos actos do concurso, o que se acha determinado na

portaria circular de 30 de agosto de 1847 (*Diario* n.º 205); e pelo que respecta ao prazo d'elles o que se dispoz na portaria da 10 de setembro de 1850 (*Diario* n.º 216). O que o mesmo augusto senhor manda assim participar ao reverendo bispo de Beja para sua intelligencia e mais effeitos.

Pago das Necessidades, em 30 de março de 1860. —João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA GUERRA

2.ª DIRECÇÃO—2.ª REPARTIÇÃO

Em conformidade da carta de lei de 24 de agosto de 1848 se annuncia haver requerido por este ministerio D. Maria Margarida Lopes Bruno o abono dos vencimentos em divida a seu finado marido, Maximiano Diniz Bruno, que era major reformado, addito a veteranos; a fim de que, se houver quem se julgue com direito aos referidos vencimentos, o venha deduzir dentro do prazo de sessenta dias, contados da publicação do presente annuncio, findo o qual será resolvida a dita pretensão.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

Relação n.º 94, com referencia ao districto de Braga, dos titulos de renda vitalicia que se remetem pela terceira repartição da direcção geral da contabilidade do ministerio da fazenda ao delegado do thesouro no dito districto, a fim de serem entregues ás interessadas, em conformidade das respectivas instrucções, por isso que têm de ser pagos pelo respectivo cofre central

NUMEROS DOS TITULOS		REFERENCIA AO ASSENTAMENTO GERAL QUE EXISTE NA REFERIDA DIRECÇÃO						OBSERVAÇÕES
DOS QUE TÊM CONSIDERAÇÃO ESPECIAL DE PAGAMENTO	DOS QUE NÃO TÊM ESSA CONSIDERAÇÃO	TITULO DO LIVRO	SEU NUMERO	NOME DAS AGRACIADAS	CLASSE INACTIVA A QUE PERTENCEM	VENCIMENTO LIQUIDO A QUE TÊM DIREITO		
						ANUAL	MENSA	
-	11817	Pensões	38	D. Joanna Delfina Navarro de Andrade.	Pens. ^{da} de monte pio	36\$732	3\$061	Começa o abono em 21 de agosto de 1859.
-	11818	»	»	D. Luiza Ricardina Navarro de Andrade.	Idem	36\$732	3\$061	Idem.
-	11819	»	»	D. Maria Isabel Navarro de Andrade	Idem	36\$732	3\$061	Idem.

Terceira repartição da direcção geral da contabilidade, em 25 de março de 1860. —Alexandre José da Silva e Almeida.

REPARTIÇÃO DE FAZENDA DO DISTRICTO DE LISBOA

BAIRRO ALTO

Relação das annullações das verbas da contribuição predial, respectivas ao 2.º semestre de 1859, ordenadas pela junta dos repartidores d'este bairro.

1.ª Secção

D. Maria José Lopes de Miranda—por haver sido demolido em setembro de 1859 o seu predio do largo das Duas Igrejas n.º 1..... 7\$565
Visconde de Porto Covo—por ter tido devoluto a loja n.º 4 do predio n.º 1 a 4 na rua das Flores durante o semestre..... 5\$54
Antonio Pinto da Fonseca—idem durante o semestre todo o predio da rua das Chagas n.º 4 e 5..... 37\$004
Herdeiros de Ignacio Antonio de Amorim Vianna—idem dito uma sobreloja e o 4.º andar n.º 4 do predio n.º 3 a 5 na rua da Horta Seca..... 4\$144
D. Maria Joanna do Carmo Patácio—idem do mez de setembro em diante o predio que lhe foi demolido na dita rua n.º 15..... 2\$180
Visconde de Condeixa—idem durante o semestre o palacio n.º 24 da mesma rua Antonio José de Freitas—por haver sido demolido o seu predio da rua do Loreto n.º 8 e 8-A..... 11\$775
Herdeiros de Pedro Alexandrino Botelho—idem dito o predio da dita rua n.º 8-B e 9..... 5\$772
Antonio Varandas de Carvalho—idem dito o predio da dita rua n.º 10 a 13..... 20\$772
Joaquim Mauricio de Oliveira—por haver tido devoluto durante o semestre o 3.º andar n.º 39 do predio da dita rua n.º 36 a 39 e a loja n.º 29 da rua das Gavias..... 5\$278
Francisco Maria Machado—por haver tido devoluto durante o semestre o 1.º andar do predio n.º 90 a 94 na rua do Loreto..... 10\$657
Francisco Alberto da Costa Robim—idem dito o 3.º andar do seu predio n.º 23-A na rua do Moimho de Vento..... 3\$404
D. Carlota Augusta de Barros e Vasconcellos—idem dito um quarto do 3.º andar do predio n.º 14 a 16 na rua das Gavias..... 1\$629
Francisco Antonio Pereira Magalhães—idem dito o 3.º andar do predio da dita rua n.º 23 e 24..... 1\$480
Misericordia de Lisboa—idem de julho a setembro o 3.º andar n.º 104 e em julho e agosto o 3.º andar n.º 107 do predio da rua dos Calafates n.º 104 a 108..... 8\$00
D. Maria Honorata da Silva Carvalho—idem durante o semestre um quarto na escada n.º 35 e o 4.º andar do predio da rua do Norte n.º 33 a 37 e o 1.º andar (letra I) do predio n.º 115 e 116 na rua dos Calafates..... 3\$315
Joaquim José Marrocos—idem dito o 3.º andar, lado direito, do predio n.º 12 da travessa da Espera..... 1\$184
Antonio Esteves de Carvalho—idem dito a loja n.º 120 do predio da rua dos Calafates n.º 118 a 120..... 1\$480
Antonio de Azevedo Mello e Carvalho—idem dito todo o predio da rua da Barroca n.º 4 e 5..... 8\$326
Herdeiros de João Alves da Luz—idem dito todo o predio da mesma rua n.º 65 e 66..... 1\$465
Manoel Ignacio Basto Junior—idem desde julho até outubro o 3.º andar letra F do predio da rua da Atalaia n.º 26 a 28 Francisco de Assis de Andrade—idem durante o semestre o predio n.º 51 e 52 da mesma rua..... 1\$480
João Cesario da Silva Batalha—por haver tido devoluto durante o semestre

o 3.º andar do predio da rua da Atalaia n.º 100 a 104..... 2\$072
Antonio Mayer Junior, como adjudicatario de João Galvão Mexia—idem dito a loja n.º 12 e 13 do predio n.º 12 a 14 na travessa do Sacramento..... 1\$480
Bento Taboada—idem de julho a outubro o 3.º e 4.º andares do predio da rua da Rosa n.º 163 a 165..... 1\$381
José Antonio Branco—idem em diversos mezes os quartos do 2.º andar do predio da rua das Saldadeiras n.º 10 a 12..... 9\$937
Luiz Mathias Ayres Ramos da Silva e Eça—idem dito os diversos quartos do predio da travessa dos Fieis de Deus n.º 81 a 83..... 9\$924
D. Maria do Carmo Rocha e Andrade—idem no mez de julho o 2.º andar do predio n.º 1 da travessa de Agua de Flor..... 6\$690
Antonio Gaudencio de Matos e Lemos—idem de julho a setembro o 2.º andar n.º 23 do predio n.º 21 a 23 na mesma travessa..... 5\$592
Antonio Eugenio de Andrade—idem dito o 2.º andar n.º 16 do predio da rua dos Mouros n.º 16 a 18..... 3\$332
Antonio Martins Gonçalves—idem durante o semestre o 2.º andar n.º 34 do predio da rua dos Mouros n.º 32 a 36, e o 1.º andar n.º 23 da rua do Teixeira durante o mez de julho..... 2\$590
Antonio Cypriano Eleuterio da Costa Trancoso—idem durante o semestre a loja n.º 10 do seu predio n.º 10 e 11 na travessa do Sacramento..... 2\$296
D. Lucia Balbina do Carmo de Silva Freire—idem dito a loja n.º 57 do predio n.º 56 e 57 na rua da Barroca..... 5\$516
Antonio Xavier da Costa Veiga—idem dito um quarto e desde julho até setembro o outro quarto do 3.º andar do palacio n.º 2 a S. Pedro de Alcantara..... 16\$650
Joaquim José Victorino—idem dito durante o semestre o 4.º andar (da esquerda) do predio n.º 17 a 20 da rua das Gavias Clemente de Lagos—idem em diversos mezes o 1.º e 3.º andares do predio n.º 18 na travessa do Poço e a loja n.º 150 na rua da Rosa..... 8\$888
Manuel Joaquim dos Santos—idem durante o semestre todo o predio da rua da Atalaia n.º 159 e 160 e o 4.º andar (lado direito) do predio da mesma rua n.º 82 a 83 B..... 5\$304
Manuel Xavier da Gama Salema—por haver cedido a Domingos Ignacio Lima os rendimentos de diversos predios..... 25\$189
232\$068

2.ª Secção

Herdeiros de Manuel Caetano Pereira Martins—por ter tido devoluto durante o semestre a loja n.º 49 do predio da rua da Rosa n.º 49 a 51..... 1\$108
Manoel Gonçalves Luiz—idem dito todo o predio da dita rua n.º 61 e 62..... 2\$217
Manoel Ignacio de Gouveia—idem de julho a outubro a loja n.º 34, e o 1.º andar n.º 36 do predio da rua dos Cardaes de Jesus n.º 32 a 36..... 1\$134
D. Lucia Balbina do Carmo—idem durante o semestre todo o predio do beco da Conceição n.º 14..... 3\$369
D. Antonio Manuel do Vilhena—idem dito varias divisões do predio da calçada dos Caetanos n.º 4 a 7, e n.º 1 a 11 para a rua do Loureiro..... 6\$068
José Joaquim Joannes—idem dito o 1.º e 2.º andar do predio da travessa de André Valente n.º 9..... 4\$391
José Bachelay—idem dito todo o predio da travessa dos Fieis de Deus n.º 3... Feleiciano Antonio Marques Pereira—idem dito o 3.º andar E n.º 76 do predio da rua Formosa n.º 75 a 77..... 7\$40
José Maria Pereira do Carvalho—idem

todo o predio da travessa da Cruz n.º 11 e 12..... 2\$334
Antonio Joaquim da Silva Abranches—idem dito todo o predio da rua da Procição n.º 47 e 48..... 5\$253
Antonio Marques Martins—idem dito varias divisões do predio da dita rua n.º 73-A a 76..... 2\$590
Thomas de Aquino Fernandes—idem dito as lojas n.º 30 e 30-A do predio da travessa do Monte do Carmo n.º 29 a 34..... 8\$888
Misericordia de Lisboa—idem dito em todo o semestre o predio da travessa de Santa Theresza n.º 9 a 15..... 4\$532
José Antonio Pinto Soares—idem dito varias divisões dos seus predios na travessa de S. José n.º 10 e na travessa da Victoria n.º 21 a 23..... 4\$810
Manoel Carlos Monteiro—idem dito a loja n.º 21 do predio da travessa de S. José n.º 18 a 21 e nos mezes de outubro a dezembro a loja n.º 18-A do mesmo predio..... 1\$061
José Thompson—idem durante o semestre todo o predio da travessa da Victoria n.º 9 a 11..... 1\$236
Joaquim José Alves Monteiro—idem dito o 1.º andar n.º 7 do predio da rua do Patriarchal Queimada n.º 5 a 9..... 6\$513
José Vicente—idem em diversos mezes interpolados varios quartos no pateo n.º 48 do predio da rua Nova da Piedade n.º 45 a 48, com frente para a rua da Quintinha..... 7\$751
Felix Pereira de Magalhães—idem em todo o semestre a sobreloja n.º 41 e 42 do predio da rua do Arco n.º 41 a 43 José Dias Leal—idem dito a loja n.º 21 do predio da rua de S. Mamede n.º 21 a 24..... 1\$184
D. Maria Salomé de Mattos—idem dito o 2.º andar D n.º 26 do predio da travessa do Monte do Carmo n.º 23 a 27..... 8\$888
Visconde de Fonte Arcada—idem de julho a novembro todo o predio da rua do Monte Olivete n.º 24 a 26..... 8\$222
Francisco de Assis de Andrade—idem em todo o semestre a aguafurtada n.º 4 do predio da rua das Fabricas da Seda n.º 1 a 4..... 1\$035
Christovão Pinto Barreiros—idem dito a aguafurtada do predio da dita rua n.º 17..... 8\$888
Thomas de Aquino Alves Lopes—idem durante o semestre a loja n.º 14, e nos mezes de julho a setembro o 3.º andar n.º 13, do predio da travessa de S. Mamede n.º 11 a 13..... 1\$923
Francisco Carlos Botelho Moniz—idem durante o semestre todo o predio da rua do Salitre n.º 80, e varias divisões dos predios d'esta rua n.º 181 a 183 e 184 a 188, e da rua de Valle de Pereira desde n.º 2 até 11..... 9\$843
Herdeiros de Domingos Marques—idem em varios mezes interpolados diversas divisões do predio da rua de S. Bento n.º 218 a 227..... 9\$999
Maria Rosa—idem em todo o semestre o 1.º andar n.º 57 e a loja n.º 59 do predio da rua de S. Filipe Nery n.º 57 a 60..... 3\$848
Manoel Pinheiro Ribeiro—idem dito o 2.º andar D n.º 14 do predio da rua de Entremuros n.º 13 a 17 e a loja n.º 32 do predio da Fabrica das Sedas n.º 30 a 34..... 1\$330
Maria Rosa—idem durante o semestre o predio da rua de Entremuros n.º 45 a 47 José Antonio de Castro Junior—idem durante o semestre o 2.º andar e um quarto do 3.º andar n.º 44 do predio da travessa de S. Francisco Xavier n.º 44... D. Anna Maria da Conceição Costa Maia—idem dito o 1.º andar n.º 5 do predio da rua de S. João dos Bem Casa-

dos n.º 5 a 7, e a loja n.º 33 e 34 e os 1.º andares n.º 32 a 35 do predio da Cruz das Almas n.º 32 a 43..... 6\$217
D. Jacinta Carlota Carpinthy—idem dito todo o predio da rua de S. João dos Bem Casados n.º 22 a 24..... 10\$007
D. Maria da Paz Jouve—idem dito o 1.º andar n.º 13 do predio da praça das Amoreiras n.º 6 a 13..... 8\$888
Servulo José Maria Alves—idem durante o semestre o 1.º andar n.º 6 do predio da travessa da Fabrica das Sedas n.º 6 D. Luzia Jorge—idem dito os 1.º andares n.º 15 e 20 do predio da dita travessa n.º 13 a 20, e de setembro a outubro o 1.º andar n.º 18 do mesmo predio... 1\$381
João Antonio da Luz Robim—idem no semestre o 1.º andar n.º 10 do predio da rua da Penha de França n.º 9 e 10... 1\$776
José Maria de Vasconcellos—idem em diversos mezes interpolados varias divisões do predio da travessa de S. Mamede n.º 16 a 18..... 3\$229
Francisco José Gonçalves de Oliveira—idem dito varios quartos do predio da rua da Patriarchal Queimada n.º 17 a a 22-B..... 28\$963
Manoel Joaquim Bandeira Emanuel—idem em todo o semestre diversos quartos do predio da rua da Penha de França n.º 20 a 27..... 3\$182
D. Francisca Ignacia da Piedade Rolim—idem dito o 3.º andar E n.º 8 do predio da travessa de S. Mamede n.º 6 a 10..... 1\$776
Visconde da Praia—idem dito a casa nobre n.º 8 do predio da rua de S. Sebastião da Pedreira n.º 8 a 13..... 13\$567
José Francisco Coelho—idem dito o 2.º andar n.º 26 do predio da dita rua n.º 26 e 27..... 1\$480
Joaquina Maria—idem dito a loja n.º 114 do predio da dita rua n.º 114 a 116 José de Oliveira Junior—idem dito todo o predio da dita rua n.º 131 e 132... 2\$072
Caetano dos Santos—idem dito as lojas n.º 1 e 3 do predio da rua de Andara n.º 1 a 3..... 1\$184
Antonio José Pinto—idem dito todo o predio da rua do Sacramento n.º 20 a 24 Manoel Gomes de Campos—idem em diversos mezes interpolados varias divisões dos seus predios no largo de S. Sebastião da Pedreira n.º 1 a 19 e travessa de S. Francisco Xavier n.º 24 a 49..... 2\$824
Baroneza de Barcellinhos—idem dito du-

rante o semestre a loja n.º 25 do predio do largo de S. Sebastião da Pedreira n.º 20 a 27..... 1\$184
Joaquim Ignacio Paes—idem dito o andar n.º 5 do predio da travessa de S. Francisco Xavier n.º 4 e 5..... 4\$480
Manoel Fernandes—idem dito a loja n.º 104 do predio da rua de S. Sebastião da Pedreira n.º 99 a 104..... 1\$480
Francisco Antonio Pereira Serzedello—idem dito todo o predio da rua dos Arcos das Aguas Livres n.º 14 a 17... 5\$288
Vicente José Lopes de Azevedo—idem dito a barraca n.º 16 da travessa da Horta, a loja n.º 129 da rua de S. Sebastião da Pedreira, e os sobrados n.º 8 e 11 da travessa de S. Francisco Xavier..... 2\$281
D. Francisca Adelaide Manique Pinto de Mesquita—idem dito o andar nobre n.º 14 do predio da rua do Salitre n.º 14 e 15..... 9\$473
Antonio Dias Leal—idem dito as lojas do predio da travessa do Conde de Soure n.º 21 e 22, e em diversos mezes interpolados varias divisões dos predios da rua do Longo n.º 10 e 10 A, e do alto do Longo n.º 68..... 2\$121
D. Emilia da Conceição Troiteiro—idem em diversos mezes varias divisões do predio da rua de Entremuros n.º 3 a 5 José Maria Eugenio de Almeida—idem durante o semestre todo o predio do largo de S. Sebastião da Pedreira... 3\$085
Luiz Gonzaga Ferreira—idem dito todo o predio da rua do Jasmin n.º 29... 1\$776
João Manuel—idem dito varias divisões do predio no alto do Longo n.º 61 a 68..... 1\$998
Eduardo Warburg—por ter vendido os seus predios da rua dos Arcos das Aguas Livres n.º 14 até 22..... 10\$362
D. Maria Benedicta da Silva e Cunha—idem a terra de semeadura da rua dos Arcos das Aguas Livres..... 11\$950
Visconde da Lançada—por não lhe pertencerem os predios da rua da Vinha n.º 22 e da rua de S. Boaventura n.º 32..... 39\$095
Viscondessa da Lançada—por lhe pertencerem os predios acima ditos..... 10\$362
278\$886
Administração do bairro Alto, em 24 de março de 1860.—Pelo administrador presidente, Gregorio José Ribeiro de Freitas.—O escrivão de fazenda, Antonio Bandeira de Mello.

MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA

DIRECÇÃO GERAL DO COMMERCIO E INDUSTRIA

Repartição do commercio e industria

1.ª Secção

Mappas do movimento commercial entre Portugal e seus dominios e o porto de Leith, no anno de 1859, os quaes fazem parte do officio do consul geral de Portugal no reino unido da Gran-Bretanha, publicado no Diario de Lisboa n.º 71

IMPORTAÇÃO

OBJECTOS	UNIDADES	QUANTIDADES	VALOR EM MOEDA DO PAIZ LIBRAS	VALOR APROXIMADO EM RÉIS
Vinho.....	pipas	199	7.960	35.820.500
Cortiça.....	toneladas	7301/4	19.716	88.722.500
Figos.....	ceiras	1.202	148	666.500
Alfarroba.....	toneladas	809	4.045	18.202.500
Laranjas.....	caixas	1.332	1.734	7.803.500
Ocosos.....	toneladas	189	988	4.446.500
Sal.....	toneladas	210	210	945.500
Ameixas.....	caixas	25	30	90.500
Cebolas.....	caixas	1.981	142	639.500
Sulphato de potassa.....	cascos	16	4	18.500
		6.6931/4	34.967	157.351.500

EXPORTAÇÃO

OBJECTOS	UNIDADES	QUANTIDADES	VALOR EM MOEDA DO PAIZ LIBRAS	VALOR APROXIMADO EM RÉIS
Carvão.....	toneladas	1.338	893	4.018.500
Trigo.....	quarteiros	9871/4	2.300	10.350.500
Esteiras.....	—	300	7	31.500
		2.6251/4	3.200	14.400.500

Movimento por bandeira

IMPORTAÇÃO				Procedencia	
QUALIDADE DA BANDEIRA	NUMERO DE NAVIOS	TONELAGEM	TRIPULAÇÃO	PORTOS DA PROCEDENCIA	NUMERO DE NAVIOS
Portugueza.....	2	293	18	Lisboa.....	5
Ingleza.....	18	2.799	131	Porto.....	3
Hanoveriana.....	2	272	14	Olhão.....	2
	22	3.364	163	Rio Grande.....	1
				Tavira.....	2
				Faro.....	5
				Setúbal.....	2
				Sines.....	2
					22
EXPORTAÇÃO				Destino	
QUALIDADE DA BANDEIRA	NUMERO DE NAVIOS	TONELAGEM	TRIPULAÇÃO	PORTOS DE DESTINOS	NUMERO DE NAVIOS
Portugueza.....	1	135	9	Lisboa.....	9
Hanoveriana.....	1	104	6	Porto.....	1
Norueguesa.....	4	452	29		
Ingleza.....	1	115	13		
Dinamarquesa.....	2	162	12		
Prussiana.....	1	133	7		
	10	1.101	76		10

Vice-consulado de Portugal em Leith, em 31 de dezembro de 1859.

Está conforme.—Repartição do commercio e industria, em 23 de março de 1860.—João Palha de Faria Lacerda.

de consumo, com proveito do consumidor e com reconhecida vantagem dos verdadeiros interesses agrícolas do país, é o fim de uma proposta de lei que confie ao esclarecido exame de uma comissão composta de capacidades especiais e praticas neste ramo importante, e que se acha submetida à discussão do conselho geral do commercio, a fim de vos ser brevemente apresentada com os esclarecimentos e reflexões que o assumpto reclama.

Em quanto porém não resolve definitivamente este importante objecto, torna-se urgente attendor o governo, pelos motivos que acima ficam apontados, a tomar as providencias necessarias para occorrer ás eventualidades do momento; e por isso tenho a honra de submeter desde já á vossa deliberação a seguinte

PROPOSTA DE LEI

Artigo 1.º O governo autorisa a permitir a livre entrada de cereaes, em grão ou farinha, pelos portos secos e molhados do reino, até o dia 30 de junho do corrente anno, tendo ouvido previamente o conselho geral do commercio, agricultura e manufacturas, e os governadores civis dos districtos.

§ 1.º Os cereaes importados livremente, em virtude d'esta lei, ficam sujeitos aos mesmos direitos de consumo que pagarem os generos similares nacionaes.

§ 2.º Depois de terminado o prazo da livre admissão que houver de ser decretado, em virtude d'esta lei, para qualquer especie de cereaes, serão estes livremente admitidos, quando se provar que saíram directamente dos portos da sua procedencia para os do reino, com a anticipação necessaria para chegarem dentro do mencionado prazo, no caso de uma viagem regular. O governo decidirá sobre a applicação das disposições d'esto paragraho, ouvido o conselho geral do commercio, agricultura e manufacturas.

Art. 2.º O governo dará conta ás cortes do uso que tiver feito da autorização concedida pela presente lei.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrario. Ministerio das obras publicas, commercio e industria, em 13 de fevereiro de 1860: Antonio de Serpa Pimentel.

O sr. Barão do Porto de Moz:—sr. presidente, quando se apresentou este projecto, tive a honra de declarar que não lhe queria fazer opposição, e todos com quem tenho fallado, e todos os que me ouvem podem declarar se porventura me oppoem ás idéas geraes que se contêm no projecto, e que são a admissão livre dos cereaes. Nesta conformidade pois parecia-me conveniente dispensar a sua discussão na generalidade, visto haver occasião de se tratar largamente da materia na discussão especial. V. ex.ª dispensa o mandar por escrito a minha proposta.

O sr. Presidente:—perdoe v. ex.ª, mas como estão mais dois senhores inscriptos, acho melhor que s. ex.ª mande a sua proposta por escrito.

O sr. Marquez de Niza:—foi de opinião que se deve solicitar do governo uma lei permanente sobre introdução de cereaes, e pronunciou-se contra a lei provisoria não só neste caso, mas como principio, o que apoiou com diversas reflexões economicas e agricolas.

Apresentou a seguinte emenda.

Que no § 1.º se acrescente depois da palavra nacional, e tendo de pagar a entrada o direito de 90 réis o trigo, e 60 réis o centeo por alqueire ou seu equivalente em medida metrica de peso ou de capacidade, e no § 2.º se elimine a palavra livre, e se substitua a de livremente por igualmente.

(Entrou o sr. ministro da justiça.)

O sr. Presidente:—fica previsto o digno par para offerecer o seu additamento ao § respectivo segundo o artigo 1.º e seu § entrar em discussão, porque ainda não o está.

O sr. Marquez de Niza:—eu julguei que tinha sido dispensada a discussão na generalidade, e que já estavam na especialidade.

O sr. Presidente:—não tive occasião de propor a dispensa da discussão na generalidade, porque a proposta que para isso indicou o digno par barão do Porto de Moz não veio para a mesa. Agora sim, e vai ler-se (lê-se).

Lê-se na mesa o seguinte requerimento.

«Proponho que se dispense a discussão na generalidade do projecto da admissão dos cereaes.

Sala da camara, 24 de março de 1860.—B. de Porto de Moz.

Admitido, foi posto á votação, e approved.

Passou-se portanto á discussão na especialidade.

O sr. Visconde de Balsemão:—o projecto de lei de que se trata, envolve em si uma das questões mais graves que tem occupado os economistas e os homens de estado de toda a Europa, e sobre todos os de Inglaterra e da França. Mas eu, sr. presidente, não teria tomado a palavra nesta discussão, depois do que tão bem acaba de expor o digno par o sr. Marquez de Niza, se não tivesse já mais de uma vez declarado nesta camara que era partidario da liberdade de commercio, parecendo por isso talvez estar eu agora em contradicção com esta minha opinião, quando digo que adopto as idéas acabadas de apresentar pelo digno par o sr. Marquez de Niza; tenho por conseguinte obrigação de me explicar.

Eu sou partidario da liberdade de commercio; mas sou partidario da justa e racional liberdade de commercio; quero a liberdade de commercio para todos os generos, e não somente para os cereaes, e em quanto esta medida geral não vier, a excepção com respeito aos cereaes será segundo o meu modo de ver, a ruína da nossa agricultura, pois há de se estar sobreacaregando nas alfandegas todos os generos que consome o lavrador, fazendo-se com que o seu sustento e vestuario lhe custe tão caro, seja tão gravoso, e ainda em cima disso de se admitir livremente no nosso mercado os cereaes estrangeiros! Isto não póde ser, a menos que se não queira destruir a nossa industria principal completamente.

Mas, sr. presidente, por mais que tenha estudado, por mais que tenha examinado, e por mais que tenha visto todos esses mapas, e baseado nos relatorios dos governadores civis, eu ainda não pude saber em que proporção está hoje a produção com o consumo dos cereaes no nosso país, e não pude nem posso saber, por que não é possível entrar sem documentos na analyse de trabalhos tão complicados; no entanto eu inclino-me a que a nossa produção em cereaes apenas será sufficiente para metade do sustento d'esto país; essa abundancia que por ahí tem apparecido tem sido artificial, é devida na minha opinião, ao contrabando que continuamente se tem feito e faz, sem se poder obstar, pela nossa raia seca.

Se fosse exacta a conta que se faz á produção dos cereaes nas terras do Alentejo, poder-se-iam comparar essas terras ás da America, o que é impossível, por que o nosso solo é muito mais fraco, e cansado pelas successivas colheitas que se lhe tiram, e que não acontece na America, cujos terrenos, alem da sua fertilidade, descansam pelas mudanças todos os annos, que se fazem nas sementeiras.

Mas o estado da nossa agricultura é lamentavel; o lavrador não póde fazer produzir na sua terra um alqueire de trigo a menos de 440 a 500 réis, e isto, já se vê, somente com a despesa da lavoura, sem contar com todas as outras despesas de tributos e transportes etc., e em algumas partes do Alentejo, onde tenho propriedades, no termo de Alentejo, não póde o trigo ficar a menos de 400 a 450 réis o alqueire.

Ora, agora pergunta-se, será possível que o lavrador possa vender o seu trigo assim produzido a menos de 600 a 700 réis o alqueire? Mas o lavrador está hoje mesmo vendendo-o por um preço muito baixo, aqui na proximidade da corte, como o de 590 a 600 réis, e este estado de coisas não póde continuar, por que é ruinoso para o produtor e ao mesmo tempo para o consumidor. O sistema que se tem adoptado d'estas entradas livres de cereaes estrangeiros agrava o mal, e agrava-o de modo que eu não posso desde já prever onde é que iremos parar com tal sistema, e por isso eu com todas as minhas forças hei de pugnar para que se adopte o additamento offerecido pelo digno par o sr. Marquez de Niza, a fim de que entrem embora os cereaes estrangeiros pelos portos molhados e secos, mas com um imposto racional, por quanto só assim é que poderemos saber qual é a produção real de cereaes no nosso país, não arruinando a nossa agricultura, antes ao contrario, protegendo-a. Se fosse exacto o calculo que se faz nos mapas officiaes, da produção n'uma area de cinco leguas entre Fronteira e outras localidades da mesma provincia, só esta produção seria bastante para sustentar a população de toda essa provincia do Alentejo; mas isto é que não póde ser aos olhos da sciencia, e todos reconhecem que se apresenta uma produção artificial, que se apresenta como produção nossa o que na sua maxima parte é do reino visinho, que entra no nosso por contrabando, por que os terrenos de Hespanha são muito superiores aos nossos, e os salarios muito mais baixos, e por isso podem vender os cereaes muito mais baratos; portanto se o governo de Portugal lhes não puzer um tributo razoavel, a nossa agricultura irá progressivamente definhando até do todo morrer.

Os bons principios o que ensinam é a proteger todas as classes, e não a que se beneficiem umas com o sacrificio de outras; se convem proteger a industria fabril e o commercio, também não menos é necessario proteger a agricultura, por que se a agricultura não póde viver sem o commercio e a industria, também estes não podem viver sem aquella.

Tendo expendido as minhas idéas, e dado as explicações que entendi dever dar, concluo declarando que não posso votar pelo projecto de lei tal como está, mas sim que o approvarei com o additamento do digno par o sr. Marquez de Niza.

O sr. Marquez de Fialho:—não desconheço os males que produz esta admissão, chama os seus collegas da commissão e apella para o sr. ministro, para que digam se não foi elle o relator d'elles. Não podia ser indifferente á calamidade que deve produzir uma baixa nos preços, no momento em que o lavrador de cereaes vai fazer as suas liquidações; pois não ignora que os depositos, que ainda ha na provincia, vão juntar-se á nova colheita, que promete ser boa. Não será um mal gravissimo, se a baixa for exagerada, como é provavel? Não teremos nós o pequeno mas verdadeiro lavrador de cereaes entregando tres alqueires por um que lhe emprestaram? É de certo: mas não se diga que são effeitos da liberdade. Não nos enganemos a nós mesmos; apontar as verdadeiras causas de effeitos funestissimos, é um bem, mas querer achar o mal onde elle não existe, é uma calamidade. O desemprego do lavrador não está nas pautas, outro é elle. Onde está a propriedade? o communismo não é entre nós um direito, mas é um facto apesar de que a sentença portugueza é superior a tudo que se tem dito contra elle: o nosso dictado diz: o que é de commun, não é de nenhum.

É indispensavel que o governo proveja de remedio. Será a liberdade a causa da estagnação da agricultura, ou será o proprietario, fazendo escripturas absurdas? sem querer offender os dignos pares, apella para o sr. Marquez de Niza, como verdadeiro conhecedor d'esta materia, aceitará s. ex.ª uma escriptura do arrendamento de uma herdade por tres annos, obrigado a dividir a sua terra em duas ou tres folhas sementeas de cereaes dois annos a fio, e o terceiro em alqueire limpo, as forragens sementeas pelos extremos todos os annos, não tocar em uma arvore etc.? Como e quão são as relações dos proprietarios com os rendeiros? São socios, amigos, etc.? Não são nada d'isso, mas cousa muito opposta.

O illustre orador pergunta mais: será a liberdade, ou será a falta absoluta de estradas districtaes o que faz com que os transportes se tornem impossiveis? Saiba a camara que o seu estado é tal que se dá o caso de se gastar o mesmo tempo, apesar do caminho de ferro e uma parte da estrada optima, que gastavam os nossos antepassados ha cincoenta annos.

Disse que tinha duvida de apresentar todos os argumentos que pertencem á lei permanente, que descejava reserva-los para a occasião oportuna; hoje a questão é outra: ha ou não ha trigo nacional para o consumo da capital, é uma questão de facilidade; ha, conserve-se o estado actual; se não ha, admitte-se o trigo estrangeiro; o mais que se póde fazer é apontar os males que d'aqui se seguem, e convidar o governo a que se prepare para os remediar no possivel.

Ha dez annos que gritamos todos: queremos, queremos... mas o que? Não sabemos; e este estado de duvida produz o conflicto em que nos achamos diariamente, vivemos entre os dois limites, semamos no regimen da prostração, vendemos no da liberdade: mal vai ao commercio, pessimamente ao lavrador. A duvida, a incerteza, que infelizmente não desagrada ao nosso caracter, deve ser combatida pelos homens que tem a missão de velar pela causa publica: tudo é loteria entre nós, todos os calculos são sobre o premio grande, mas o resultado é sair tudo branco.

Sr. presidente, ou eu não me sei explicar, ou não tem querido perceber n'este empenho de ha vinte annos. Admitte-se um digno par de que um lavrador seja inimigo da agricultura; outro suppondo contrario á liberdade de commercio, e acertado só no que póde prejudicar a lavoura, esmorece, cala-se, e fica por muito tempo examinando a sua consciencia, mas sempre que a consulta, vê pouca justiça da parte dos seus adversarios.

A decadencia da nossa agricultura está na falta da propriedade; começa a estar hoje na extinção da familia; o pequeno e grande lavrador desaparecem, não são só os morgados que reúnem a propriedade; esta agglomera-se n'aquelles que já têm cem propriedades.

O orador também deplora que se tenham feito escripturas que têm levado a ruína a uma grande parte da nossa agricultura; pois em quanto os proprietarios querem ir para o theatro muito bem descaçados, o miseravel rendeiro carrega com todos os incommodos, têm de ir pagar os tributos, e está n'uma constante distracção do seu dever. (O sr. Marquez de Niza:—peço a palavra.)

Procede-se ver onde estão as culpas; e não se diga que quem as aponta é um agriculor inimigo dos agricultores. O orador quer a liberdade do commercio, mas quer-la em tudo (apoiados). Essa liberdade deve começar pela materia prima do trabalho que é o pão; mas a agricultura não é só pão. Ha monopólios que são naturaes, e esses todos os devem aproveitar; outros são artificiaes, e esses todos os devem rejeitar. Se fosse possível que o digno par estivesse mais ver Portugal convertido n'uma campina toda semente de cereaes, elle estimaria mais ver edificadas de dois andares, plantar algumas oliveiras, e também vinhas (apoiados). Se assim acontecesse de sul a norte estavam os nossos nego-

cios decididos; mas não acontece; pelo contrario, ha uma guerra feroz ás arvores; tudo está constantemente em campo; temos tres mil homens que durante o anno cortam as arvores pela raiz (apoiados). Isto não mette medo aos dignos pares? Calcule-se que um homem corta cinco arvores por dia, cinco multiplicados por tres mil, e por trescentos e sessenta dias que tem o anno, quanto dá? Quem só quer cereaes desprezando tudo mais, vá com a sua doutrina que o orador irá com a sua: quer uma lei que ensine os lavradores; mas agora o seu primeiro dever, segundo o entendo, é approvar este projecto de lei, tal qual veio, porque de si para consigo a urgencia é de horas (apoiados); não quer o estado provisório e de incerteza, e para isso até já cedem da sua opinião votando na commissão o imposto; e agora aceita a lei, como lei que nos ha de ensinar, mas não como lei que ha de nos matar.

O sr. Ministro da fazenda:—limitar-se-ha a mihi poucas e breves explicações porque para entrar n'esta questão no campo mais largo, no terreno em que a tratou o digno par o sr. Marquez de Fialho, não podia de certo fazer mais do que rastejar, e muito afastado, pelas considerações de muita valia, de muito peso, e até força de expressão e convicção com que s. ex.ª acaba de expor as suas idéas.

O sr. ministro está de accordo com todos os dignos pares que tem entrado no debate, e especialmente com o digno par o sr. Marquez de Niza, em quanto s. ex.ª consideram que não ha peor regimen que o da incerteza, regimen em que nem o produtor nem o consumidor podem contar com o dia de amanhã; entretanto, talvez por culpa de todos, é um facto que n'este regimen vive o país ha muitos annos: é um facto, que, desde 1855, todos os annos tem sido votadas leis excepcionaes, leis de urgencia, leis de circumstancia, que sem resolverem a questão definitivamente, tem sido aconselhadas por necessidades publicas instantes, taes como as do governo não se poder extirpar a unidade de que haja pão. Não se trata portanto agora de enearar a questão em toda a sua grandeza; não se trata de decretar a liberdade ou não liberdade de commercio por uma unica e geral medida; não se trata de regular esse principio, cuja applicação pratica todos reconhecem que deve ser mais ou menos demorada; trata-se simplesmente n'este momento de uma medida de tal urgencia e necessidade, que de certo ninguém quereria a responsabilidade de deixar de a tomar; pelo menos, o governo não quer essa responsabilidade nas circumstancias em que nos achamos: embora as causas ou origens fossem estas ou aquellas. Não ha duvida de que todos reconhecem que existe actualmente falta, e talvez que esta não seja absolutamente devida á escassez da colheita nas localidades dos districtos produtores; mas ainda assim, nas circumstancias em que está Lisboa, creio que ninguém deixaria de votar esta medida, embora um momento depois votasse qualquer censura ao governo, que por descuido ou levandado tenha comprometido o interesse publico e arriscado a capital a uma crise afflicta.

O orador creio que não foi, nem é, á facilidade que o governo concedeu de admitir os cereaes estrangeiros a deposito que se póde attribuir a falta que se nota, de não haver, como já disse, depositos nacionaes, que deem subsistencia para uma semana, quando, segundo a historia a que o digno par abriu o debate se referiu, o governo já em novembro do anno proximo passado tinha apresentado uma proposta para a livre admissão dos cereaes. Isto é claro que importava já a convicção que o governo tinha, por informações mais ou menos exactas, mas officiaes, de que a colheita era insufficiente, que não bastava para o consumo do anno; portanto, a opinião do governo já estava altamente provada; a do parlamento é que não houve tempo de se provar, por isso que a lei não chegou a ser votada. Nestas circumstancias, ouvido o conselho geral do commercio, e examinada a questão deitadamente, segundo todas as informações, viu-se que o deposito estava reduzido a um terço do ordinario. Por consequencia, não se póde attribuir ao facto posterior dos depositos estrangeiros a escassez que se tem notado, pois ella era anterior, embora não fosse ainda tanto como agora; a redução de um terço, como dito fica, isto é, a um terço menos do que o ordinario, era coisa estabelecida. Que restava pois ao governo? Ou por uma medida extraordinaria decretar desde logo a admissão dos cereaes estrangeiros, ou adoptar alguma medida, que sem ter esse caracter, estivesse nas suas attribuições ordinarias, dando todavia toda a segurança possível de que o governo se empenharia (como já havia feito) em propor ás cortes a admissão livre dos cereaes estrangeiros, habilitando-se o mesmo governo com as providencias indispensaveis para que quando a medida fosse decretada pelas cortes, como era de esperar, podesse ella desde logo produzir os seus effeitos.

O orador chamou a attenção da camara sobre qual seria a situação d'esta cidade se, não existindo sufficientes depositos nacionaes para o abastecimento da capital, a importação não fosse consentida. Se ainda depois de decretada a medida fosse preciso esperar que o commercio fizesse as suas encomendas, tínhamos uma crise terrivel. Foi pois debaixo d'estas considerações que o governo se resolveu a admitir o deposito dos cereaes estrangeiros; isto sobre consulta do conselho do commercio, que na sua maioria assim votou... (O sr. Conde da Tapira:—por um voto de um negociante.) O sr. ministro não sabe de classes n'este caso, porque n'aquelle conselho respeita a todas (apoiados). Em todas póde haver quem se mova mais pelo seu interesse proprio do que pelo interesse geral; mas o seu dever é o de presumir que no exercicio de funções publicas todos se movem pelos motivos do interesse geral, segundo o encargo e dever que têm a cumprir. Deve suppo-lo sempre assim, em quanto não vier provas do contrario. Ignora de quem foram os votos; viu uma resolução que consta de uma acta e de uma consulta, fundada seguramente nas mesmas rasões pelas quaes o governo julgou conveniente adoptar semelhante medida, e já se vê que elle não podia deixar de seguir tal opinião, por isso que já se tinha proposto, quando ha mais tempo, bem ou mal, mas em vista das informações officiaes, se havia conhecido a necessidade de admitir mais tarde a importação.

O digno par o sr. Marquez de Niza diz que foi de opinião contraria; não duvida d'isso; entretanto o que ainda creio é que haviam fortes rasões para a sustentar, e que com ellas se poder ver pela consulta do conselho do commercio, que a importação dos cereaes era quasi certa, e teria de ser decretada suppondo mesmo já o conselho que ainda chegaria a tal ponto a urgencia que o governo se acharia forçado a decretar essa admissão antes mesmo de apresentar ao parlamento a medida que está sendo discutida. Houve, pois, a necessidade de se adoptar uma medida extraordinaria; pois que medidas de tal ordem são em casos de extrema necessidade é que se adoptam. O governo porém preferiu o meio legal, prevenindo comtudo o mal que podia vir; admitiu o deposito porque o podia admitir sem contravenção de lei, e depois veio ao parlamento trazer a proposta para que esse deposito podesse vir a ter os seus naturaes e vantajosos resultados. Se se oppõem ás informações dadas ao governo, officiaes, outras informações particulares em contrario, o governo, com quanto respeito ás particularidades, não póde deixar de dar maior peso a consideração daquellas que elle mesmo tem procu-

rado colher das diferentes localidades por meio das suas autoridades; e effectivamente ainda ha poucos dias os governadores civis de quasi todos os districtos produtores de cereaes, informam que nos seus respectivos districtos não ha depositos importantes; dizendo mesmo, que apenas existem os cereaes necessarios para o consumo dos seus districtos, embora alguns digam que houvera algum excedente; e o de Evora designadamente diga que não póde calcular esse excedente em mais de trezentos moios. O de Beja, que é um dos districtos mais abundantes de trigo, não diz em quanto póde calcular o excedente do consumo n'aquelle districto, mas diz que não ha um deposito sufficiente.

Estas informações, que o governo tem recebido das autoridades, estão de accordo com outros factos economicos, e com os preços que este genero mantem nas provincias ao nível ou superior do que está em Lisboa. Se nas provincias houvesse uma grande abundancia, e fosse só a dificuldade dos transportes para a sua condução, a providencia do governo ter admitto cereaes estrangeiros já havia de ter produzido uma grande baixa nos preços, porque estando imminente a importação desde que o governo tinha apresentado o projecto na camara passada, e decretado o deposito, declarando no relatório que o adoptava, para que mais cedo podesse produzir o seu resultado, a medida que havia de apresentar ao parlamento para a introdução de cereaes, era uma hypothese mui possivel de verificar-se, e ainda é, porque o projecto está pendente n'esta camara, o póde ser approved ou rejeitado. E como identicas medidas têm sido em diversos annos, por diferentes governos, e pelas mesmas rasões, submettidas ao parlamento, e nunca foram rejeitadas, eram as idéas do governo que o projecto que apresentasse fosse também approved: e d'aqui concluo, que se existissem esses depositos nas provincias; e que nos districtos agricultores houvessem excedentes superiores, os preços não se podiam manter ali como se mantêm a 700 réis, e entre 600 a 700 réis, onde estão mais baixos, e acima de 700 réis em outras partes. Não falla em outros districtos, que estão em circumstancias excepcionaes, como v. g. o Algarve, porque ali os preços têm subido a uma taxa extraordinaria de 900 a 1000 réis, que se aproxima muito ao preço mais exagerado.

Parcendo-lhe ter justificado quanto póde a medida que o governo adoptou, e o facto de que não é a essa medida que se póde attribuir a escassez do deposito de cereaes em Portugal, mas que está reduzido a menos consumo do que é necessario para uma semana, observa que o não podia ter feito se não porque eram exactas as informações que o governo tinha recebido de que a colheita não era sufficiente para o fim do anno; e porque essas informações eram exactas, é que o governo adoptou regularmente submettendo ao parlamento a proposta que hoje se discute.

Notou que se alludira a um ponto que não póde deixar passar sem o rectificar. Disse o digno par o sr. Marquez de Niza, ainda que por uma precaução oratoria de que sempre se deve usar, e principalmente os cavalheiros como s. ex.ª, e vem a ser, se esses depositos que ali estão não são os que já têm fornecido o consumo da cidade. Póde assegurar que o governo tem adoptado todas as medidas ao seu alcance para examinar se tal facto se tem dado, e que logo que se ouviu extra-officialmente dizer que dos depositos de cereaes estrangeiros tinha saído alguma quantidade para o consumo da capital, por contrabando, immediatamente se ordenou que se processasse ao exame d'esses depositos, e agora mesmo foi informado que já começou aquelle exame ha dois ou tres dias, e por aquelles depositos sobre que havia alguma desconfiança, e onde era mais facil praticar-se aquelle facto, porque estavam fora da cidade; e nada se achou que taes suspeitas autorisasse. Nos que estavam dentro da cidade havia mais meios de fiscalisar, mesmo pela quantidade de generos que saem pelas portas, pelas compras das qualidades d'este genero, e pelos conhecedores que sabem se elle é nacional ou não para o comprarem, e naturalmente para sair para fora, mas n'esses mesmos depositos não continuou-se esse exame. E acrescesse, quando esse genero seja admittido a consumo, ha de ser medido novamente, e dando-se qualquer falta, seja quem for o culpado, ha de impor-se-lhe a pena que está na lei, e não é pouca severa, porque diz: terá que perder o tresdobro do genero.

O sr. ministro não póde supportar, sem provas, a existencia do facto; e não tem rasões para o attribuir a ninguém, mas se por ventura acontecer que algum tenha procedido de uma maneira menos leal, esse que abusou da concessão que lhe foi dada, esteja a camara certa que o governo ha de proceder contra elle como deve, fazendo instaurar o competente processo, e fazendo pagar a multa, que, como já disse, não é muito pequena (apoiados).

Não creio também que se possa explicar por esse modo a admissão dos depositos, mas se continuar esta medida, todo este facto que prova é que infelizmente houve uma colheita escassa, e na sua falta e na urgencia do abastecimento da capital é necessario, e cada vez mais urgente, providenciar a este respeito. Portanto não insiste n'este ponto para se adoptar uma medida que livre a capital de crises imminentes, o que aconteece se ella não fosse adoptada; e pela sua parte tem provado a necessidade d'esta medida, e continua a dizer que, quando o governo fosse culpado (que não póde ser increpado de um facto semelhante), então mesmo a medida não podia deixar de ser adoptada, embora o governo fosse censurado pelo que praticou. O sr. Marquez de Fialho referiu um facto que é exacto. Tanto não se póde acreditar que existissem esses depositos publicos da capital, que o facto é que d'elles têm saído uma não pequena quantidade para os concelhos visinhos; como podiam existir proximos da capital com preços que não estão em harmonia com o de Lisboa, nem dos districtos mais produtores do país? E n'esta parte diz ao sr. visconde de Balsemão, que não está no seu pensamento, sem duvida da exactidão do facto que apresentou á camara, deixar de acreditar nas informações que teve o digno par, uma vez que não trata de generos de qualidade inferior, que não estão nas mesmas circumstancias de outros, que têm um preço superior; e por consequencia não póde acreditar que haja trigo da terra a 540 réis, ao mesmo passo que em outros districtos excede a 700 réis, sem contar ainda com o preço do consumo, e que esse preço se acha mais subido em outros districtos, e alguns dos mais produtores. Estes phenomenos não se podem admitir sem haver também alguma circumstancia excepcional que os explique.

Disse-se também que esta medida não traria beneficios aos consumidores, porque os commerciantes de cereaes se haviam de aproveitar do preço do genero para os não fazer baixar; e que era mais conveniente que fosse votada uma lei permanente com um imposto, mas oppõe-se a isso, que não é possível supportar-se que estes generos estão em poder de um, dois ou tres individuos que possam conloiar-se, e que d'este conloio resulte um monopolio; basta a ayultada quantidade que está depositada para não poder induzir-se que haja semelhante monopolio, porque 24-000 moios é uma quantidade muito forte, e representa um capital demasiadamente extenso para que possa ser objecto de um monopolio qualquer, e na nossa terra não ha capitais para monopolios de semelhante natureza (apoiados).

Quanto ao projecto a que se referiu o digno par, o sr. Marquez de Niza, e que está no conselho de commercio, parece ao orador, que a argumentação de s. ex.ª parte de um falso supposto, porque aquella proposta ainda não é um projecto do governo.

As propostas submettidas pelos ministros a um corpo consultivo, não são ainda projectos do governo; quando muito são apenas uma idéa que se submete a pessoas competentes para ouvir a sua opinião; leva-se depois a consulta d'elles a conselho de ministros, traz-se á camara, e só então é que ha uma proposta do governo, que o parlamento examina, discute, modifica ou altera se o julga necessario em qualquer ponto (apoiados). Não lhe parece, portanto, que se possa argumentar para a necessidade de estabelecer o projecto de que se trata com uma proposta que não veio ainda ao parlamento, que não se póde saber ainda em que termos virá concebida, e que póde estabelecer um direito maior ou menor, fixo ou movel; e nem o orador póde dizer desde já, em quanto a proposta não for apresentada, qual é a idéa do governo a este respeito, apenas póde limitar-se a dizer que tem a certeza de que uma proposta ha de ser apresentada á camara.

O imposto que se estabelecer actualmente, ha de carregar necessariamente no preço do genero; e se é verdade também que não existe a quantidade de cereaes precisa para supprir o mercado de Lisboa, é evidente que é preciso admitir os cereaes estrangeiros; e então quanto maior for o preço porque custar o genero ao vendedor, e n'esse preço ha de vir incluído, não só o preço primitivo, mas também a importância do transporte, mais caro será para o consumidor, que n'este caso não é o que disse o nobre visconde de Balsemão, porque não se trata de oppor a classe do consumidor á do agriculor, nem vê que ha diferença entre elles; consumidores são todos.

Em quanto aos salarios, elles estão sempre em relação com os preços dos cereaes, porque são mais caros quando o genero tem um preço alto, e mais baratos quando o preço do genero é mais baixo; e portanto, parece-lhe que por esse motivo não se deve deixar de votar este projecto para a introdução dos cereaes estrangeiros, em uma occasião de tanta urgencia; e ficando adiada para outro momento mais opportuno a questão que o governo se comprometter a trazer ao parlamento. E como disse o sr. Marquez de Fialho que seria mais conveniente adiar por mais algum tempo a resolução d'este negocio, pediu á camara que approvasse como está o projecto, que vem da outra camara, para que, quanto antes, seja submettida á real sanção uma medida de tanta utilidade publica (apoiados).

O sr. Visconde de Balsemão:—eu poucas palavras direi agora, para deixar a vozes mais eloquentes o tomarem parte n'esta importantissima questão. Vejo imputar ao lavrador, o não saber elle escolher a cultura de que deve usar; que deve adoptar outra: eu porém darei esse mesmo conselho ao digno par Marquez de Fialho, e que nos dê esse exemplo d'essa mudança repentina de cultura: essa porém não é a questão de que se trata na actualidade, a questão é, se o estado presente do país, com relação aos cereaes, póde lutar com os cereaes estrangeiros admitidos em Portugal. O que eu sei, sr. presidente, e sabem-o todos, é, que tanto a America como a Hespanha podem vender cereaes por menor preço do que os nossos, e muito menor. Agora, respondendo a alguns argumentos empregados pelo sr. ministro da fazenda, direi, que eu poderia trazer aqui um mappa, pelo qual se prova que desde o anno de 1700 para cá estiveram os cereaes muito mais caros do que hoje estão, e apesar d'isso não houve fome n'este país; succedendo não haver nunca proporção nem entre os preços do genero, nem entre os jornaes, que actualmente se pagam, com os preços dos generos, e jornaes que n'aquella epocha se pagavam. (O sr. D. Carlos de Mascarenhas:—peço a palavra para um requerimento.) N'este tempo sabia-se quasi como certeza ou positivamente quaes eram as circumstancias do país com relação aos cereaes; e os dizinhos davam a possibilidade de saber-se, com mais probabilidade, quaes eram as porções de cereaes que os terrenos comportavam. E facto que no tempo da invasão se tomou uma semelhante medida, mas não se admitiu mais sentio pelas imperiosissimas circumstancias da guerra.

Está provado que a agricultura tem triplicado no seu producto desde então para cá; sendo certo ao mesmo tempo que a população não tem augmentado na mesma relação: se o tivesse, então este argumento caia.

Sr. presidente, a questão que se ventila, é uma questão muitissimo melindrosa, e eu assento que é um dever de consciencia não permitir a entrada absoluta de cereaes (apoiados): pediria mesmo que se limitasse a entrada do genero, marcando-se a quantidade que deve admitir-se, tendo-se em vista que a colheita futura apresenta-se com um bello aspecto: como porém receio que este meu pedido se não aceite, inclino-me então á opinião do digno par Marquez de Niza, com o qual voto.

O sr. Presidente:—tem a palavra o digno par visconde de Fonte Arcada.

O sr. D. Carlos de Mascarenhas:—eu tinha pedido a palavra para fazer um requerimento.

O sr. Presidente:—mas v. ex.ª não declarou o fim do seu requerimento, o que é preciso declarar-se quando é de natureza tal que deva por-se logo á votação.

O sr. D. Carlos de Mascarenhas:—o meu requerimento é, para que a sessão se prorogue até se votar este parecer.

O sr. Presidente:—ha uma resolução d'esta camara para que as sessões durem tres horas. Quando começou a de hoje eu marquei no relógio a hora que era, e quando vir que se completam as tres horas, se está discussão não estiver acabada, então eu consultarei a camara para saber se quer prorogar a sessão até se votar o parecer, como o projecto o digno par o sr. D. Carlos.

O sr. Marquez de Vallada:—eu requiero que a votação seja nominal (apoiados).

O sr. Presidente:—o requerimento do digno par será posto á votação em occasião opportuna. Agora dou a palavra sobre a materia ao digno par visconde de Fonte Arcada.

O sr. Visconde de Fonte Arcada:—disse que a materia era de tanta importancia que não podia deixar de fazer sobre ella algumas observações; e que lhe parecia que não era uma fúria da ordem produzida por esta occasião algumas idéas sobre o estado actual da produção do país relativamente aos cereaes, e bem assim sobre os embaraços, que cada vez são maiores para que esta produção se augmente, o que levará a pensar que o país não carece de cereaes, ou que esta cultura deve ser desprezada; que sentia que se não tinha adoptado um complexo de medidas taes que dessem em resultado o augmento e progresso da nossa agricultura, e por consequencia a diminuição do preço dos cereaes.

Que via, por exemplo, que só a companhia das lezírias tem seiscientos moios de terra inculta da melhor qualidade, e quatro leguas quadradas de terra igualmente inculta, como se vê pelo relatório dos directores da companhia, apresentado na sessão da assembleia do 1.º de abril de 1859.

Disse que em relação ao estado das lezírias do Tejo em geral, e as da companhia em particular, havia de dirigir uma interpegação ao sr. ministro das obras publicas, e continuou dizendo que em vista de tão grande desleixo quem poderá pensar

que Portugal carece de cereaes? Mas que não só por este lado é que havia a fazer censuras; que se tinha canalizado a cidade; que ultimamente se tinham gastado 80 a 100.000\$000 réis com a canalização; que o resultado era, que devendo os estrumes serem, por um sistema adequado, aproveitados para a agricultura, e produção de cereaes, esses estrumes se iam perder no Tejo. E isto porque se desconhece que a administração publica não se limita a tomar alguma medida parcial, mas sim um complexo de medidas tendentes ao mesmo fim.

Que por outro lado, os gados tão essencialmente necessários para a produção dos cereaes, já principiavam a ser sobrecarregados de impostos, como se vê no concelho dos Olivares, cujas autoridades fiscaes tomaram a iniciativa sobre este objecto, e que se forem convertidos em leis os projectos que ultimamente o sr. ministro da fazenda apresentou ao parlamento, os gados virão a pagar tres e quatro impostos diferentes, e dizem que carecem de cereaes!!

Que o digno par o sr. marquez de Ficalho dissera que a materia prima do trabalho era o pão; é verdade; mas que o digno par se esquecera de dizer que a materia prima do trabalho não era só o pão, porque, como já se viu, a carne e outros generos; e quantos direitos não estão pagando o bacalhau e outros generos alimenticios, os panos, o couro para o calçado etc., que sobrecarregam o trabalho, e são essencialmente necessários para o trabalhador, agricultor, etc., que são também consumidores, cujos productos porém não querem que se lhe dê protecção alguma! Pois ha de se ir tomar uma medida isolada com relação aos cereaes, deixando-se ao mesmo tempo continuar a pesar sobre o lavrador todos esses tributos que gravam os generos que elle tem necessidade de consumir? Isto não pôde ser, a não se querer levar a ruína a agricultura. Que não havia de ser por meio de medidas isoladas e sem ligação com outras, que a nossa situação se havia de remediar. Que se desenganassem d'isso.

O sr. marquez de Ficalho queixou-se de que as pequenas familias empregadas na lavoura tinham diminuído. Pois como quer s. ex.ª que essas familias tenham augmentado um paiz onde tantos embaraços se põem a que as terras incultas possam ser arroteadas, onde faltam capitais para se empregarem em empresas de cultura, e onde sobram os braços, que podiam com grande aproveitamento do paiz empregarem-se na sua cultura, se se facilitassem os aforamentos?

E que ficasse o digno par certo de que a diminuição d'essas familias ha de cada vez ser maior, porque para isso se lhes faz a diligencia, como se vê pelo imposto da transmissão da propriedade por meio de emphyteutismo; e quem não vê que este tributo sobre transmissão do dominio útil, se passar é mais um passo para a ruína da agricultura? Disse mais o digno par, que o presente projecto de lei era uma lei de castigo sobre a nossa indolencia, e de certo que é, não sobre a indolencia, mas para castigar o paiz, de não ter só terras de primeira qualidade, que dêem grande produção, e porque o clima não é proprio para todas essas mudanças de cultura que o digno par deseja.

Que o facto era que o paiz soffria, e que apesar d'isso o digno par deseja uma lei para o castigar! Que não se dissesse que todas estas considerações são alheias ao objecto de que se trata, que lhe parecia que o não eram, porque todas ellas são conducentes a que se tomem algumas medidas, que possam remediar aquillo de que nos queixamos: espera que se tomem as necessarias para augmentar a produção dos cereaes.

Que entraria agora no objecto particular da questão, dizendo que estava pela opinião de que se devem admitir cereaes estrangeiros, como tanto porém que fiquem sujeitos a um imposto, embora estes cereaes tenham sido admitidos a deposito, porque esta circumstancia nenhuma obrigação nos põe a que os deixemos depois entrar livremente para consumo; e o imposto que indica o digno par o sr. marquez de Niza lhe parece que poderá sanar todas as duvidas e inconvenientes, fazendo com que essa admissão não venha prejudicar a nossa proxima e esperancosa colheita, com que parece a Providencia Divina nos quer auxiliar; approvando a proposta do digno par, entendia que fariamos um bom serviço a todas as classes dos habitantes do paiz, ao lavrador, que admitiriam os cereaes estrangeiros com um imposto de protecção que o não impossibilitaria de tirar um justo e razoavel interesse do seu trabalho, e os outros indusriales porque embaraçaria este genero de primeira necessidade. Mas diz-se que os preços dos cereaes estão muito elevados, mas perguntaria se somente estes generos é que o estão, e se não de artificialmente fazer baixar, quando todos os outros generos consumidos pelos agricultores, por meio de grandes impostos se fazem artificialmente muito caros?

Se queremos que os nossos cereaes baixem, façam baixar ou tirar todos esses impostos que pesam sobre tantos objectos que consome o lavrador; alivie de impostos as materias primas do seu trabalho e dos generos do seu geral consumo, e os cereaes nacionais baixarão logo de preço; mas deixar de pô todos esses impostos, e dar livre entrada aos cereaes estrangeiros, é uma injustiça flagrante que não devemos sancionar.

Que era sua opinião que devemos ter uma lei permanente sobre cereaes, protegendo, já se vê, de uma maneira razoavel a nossa agricultura, porque nós devemos seguir um systema de protecção para todas as indusrias, mas de modo que se combinem e harmonisem todos os interesses, o que é possível.

É necessário, por exemplo, acabar esse monopolio das fabricas, diminuindo nas nossas alfândegas os direitos com que muitos dos generos, de que tanto precisamos, estão sobrecarregados, e resultando d'esto um pequeno systema o grande contrabando que por ahí se está fazendo. Nada de tratar isoladamente d'esta ou d'aquella classe; tratemos de todas igualmente, porque todas formam este paiz; demos a mão a todas, e avaliemos os interesses de todas; e que n'este sentido muito desejaria concorrer para a confecção de leis que dessem este resultado. No entanto faça-se já alguma coisa n'este sentido, e por consequencia não podia deixar de votar pela emenda do digno par o sr. marquez de Niza.

O sr. marquez de Niza:—desenvolvendo novamente as idéas que expozera da primeira vez, concluiu votando pelo artigo em discussão modificado pela sua proposta.

O sr. Presidente:—devo notar que a hora está a dar, e houve um requerimento do sr. D. Carlos de Mascarenhas, que deve agora votar-se, para se prorrogar a sessão até se concluir a discussão d'esse projecto: se a camara quiser admitir este requerimento, tenho depois de propor-lhe também o requerimento do sr. marquez de Vallada para que a votação seja nominal.

Seguiu-se um dialogo entre o sr. marquez de Vallada e o sr. presidente sobre se havia alguma disposição regimental sobre o modo de propor e resolver estes requerimentos; reconhecendo aquelle digno par que a não havia.

O sr. D. Carlos de Mascarenhas:—eu renovo o meu requerimento, e estou no meu direito, e requiero que se consulte a camara se quer continuar na discussão até se votar o projecto (apoiados).

O sr. Barão de Porto de Moz:—peço a palavra sobre a ordem.

O sr. Presidente:—tem o digno par a palavra.

O sr. Barão de Porto de Moz:—eu declaro que a esta hora, n'uma questão d'estas tão importante, e em que tinha tomado, não digo a iniciativa, porque a tomou o sr. marquez de Niza, mas em que eu já tinha declarado á camara que havia tomar uma grande parte, porque ainda não a tomei, e tendo de fallar n'uma materia d'esta natureza, declaro que não tenho forças para o fazer agora, e por isso dou esta satisfação para o publico saber a razão porque não posso discutir este projecto.

O sr. Presidente:—proponho á camara se admitte o requerimento do sr. Carlos Mascarenhas?

Foi admittido.

O sr. Presidente:—agora consulto a camara se quer que a votação d'este requerimento seja nominal como pediu o sr. marquez de Vallada.

Não se approvou.

O sr. Presidente:—segue-se agora a votação sobre o requerimento do sr. D. Carlos para que se prorogue a sessão até se votar este projecto.

Foi approvado.

O sr. Presidente:—continua a discussão, e tem o sr. conde da Taipa a palavra.

O sr. Conde da Taipa:—como costuma chamar as cousas pelo seu nome, não deixará hoje de fazê-lo. Não é Catilina que bate às portas do Roma, é o monopolio que bate às portas dos ministros. Isto que se está vendo, é o resultado de uma conspiração muito antiga contra a nossa agricultura, e não a necessidade de acudir a uma fome que não existe, por mais que se diga, por mais que os srs. ministros falem nas suas informações: superiores a ellas considera as que lhe deram o sr. conde do Sobral, e o sr. visconde de Balsemão, pessoas incapazes de fallar á verdade, quando muitos outros entendem que as mentiras politicas não são mentiras, e dizem-nas sem nenhum escrúpulo.

Disse que o sr. conde do Sobral tinha aqui perto de Lisboa trigo de muito boa qualidade que podia vender, pareceram ouvir a 680 réis, e o sr. visconde de Balsemão a 530 réis, preços muito mais baixos do que o minimo que o sr. ministro da fazenda tinha apresentado para sustentar o projecto em discussão. A pressa que nota na discussão e votação d'esta lei é porque os especuladores bem sabem que a colheita está proxima e que promette ser abundante, e por isso querem e podem concluir a sua especulação antes de chegar a epocha da colheita.

O nobre orador mostra que não se tem cuidado da agricultura, apesar de que ella é a gallinha que põe os ovos de ouro; em vez de a proteger trata-se de a matar; e ella de certo não poderá resistir a tantos e tão repetidos golpes, apesar de ser tão vivaz que, não obstante o muito que se tem feito para mata-la, tem pelo contrario progredido.

Disse que os meios de que podia o governo lançar mão para acudir ás necessidades do serviço, era a propriedade quem unicamente lh'os podia ministrar com o imposto directo, mas que com o regimen que pesa sobre a agricultura, não poderá conseguir-lo. Com effeito a agricultura não só é sacrificada a uma industria artificial, que por isso mesmo não pôde progredir, mas ainda tem contra si um erroneo systema economico, pelo qual nem o ferro, nem o panno, nem outras cousas que lhe são necessarias as pôde obter por preços commodos, e de tempos a tempos estas introduções de cereaes estrangeiros.

Depois de muitas outras considerações em que mostrou que é tão absurdo o nosso systema economico, que o papel tão necessário para os trabalhos da intelligencia, e o couro não menos para o calçado com que o homem se ajuda para andar, são carregadissimos de tributos, de sorte que pôde qualquer estrangeiro, que viera a Portugal, dizer que nós não temos pão, nem cabeca (risos); concluiu votando pela substituição do sr. marquez de Niza.

O sr. Barão de Porto de Moz:—sr. presidente, começo debaixo d'esta impressão, que me pedem d'este e d'aquelle lado que tenha compaixão dos que esperam, e dos que estão ha tantas horas trabalhando, e talvez incommodados de saude. Eu peço á camara que attenda bem á penosa situação em que entro n'esta discussão, que para mim era importantissima, e que para o paiz também é uma questão gravissima, e olhe o sacrificio que vou tornar mais facil, mas se eu continuar com estas desculpas, mais tempo levo á camara, e então vou tratar do objecto.

Sr. presidente, eu hei de votar pelo projecto em discussão, e confesso que não desejo fazê-lo. Eu tinha obrigação d'isso, abandonando o meu systema, mas hei de fazer em desempenho do que julgo do meu rigoroso dever, algumas observações e hei de dizer algumas cousas sobre mim proprio. Tenho visto com muito desgosto, que se confunde o modo como eu encaro esta questão com a minha situação n'esta camara, eu não desejo que ninguém se equivoque comigo, eu não estou na opposição, eu aceito os srs. ministros por muitas das suas qualidades, mas eu rejeito este facto porque não lhe posso dar a minha approvação, quer dizer, rejeito o projecto. Eis-aqui a minha situação, não entro no recimento de ninguém, porque aceito o ministerio, aceito todas e quaesquer idéas na situação de quem é obrigado a votar, e não vê razões fortes para isso.

Sr. presidente, é triste a situação de quem tem de definir uma opinião por meio das convicções, se essa opinião choca interesses, e desarranja mesmo grandes trabalhos, porque exercem sobre elle uma certa pressão; mas essas cousas é preciso diz-las ao parlamento todas inteiras, e esta questão participa muito, não da pressão exercida sobre os srs. ministros, e faço-lhe a justiça de acreditar que se elles a percebessem haviam de a repellir, mas tem o caracter da pressão por muitos documentos, que se podem produzir. Um dia, e ha bastante tempo, appareceu uma serie de annuncios de fabricantes de farinhas, dizendo uns, porque não acho trigos para comprar levando o preço da minha farinha; e no outro dia annunciou-se, quem tiver trigos para vender vá fallar a um armazem indicado. Está presente um digno par que não denuncia que tinha trigo ribeiro para vender, da primeira qualidade, e indo alguém a casa d'elle para comprar uma porção, disse que não queria vender. Eis-aqui como se se tem architectado, tudo isto é exacto, como se conhece na generalidade do projecto, admitindo o principio; não é isso só, eu levantei a minha voz n'esta camara com outros dignos pares, mas eu e o sr. conde da Taipa fomos logo victimas de um artigo, que não qualifiquei, communicado no Jornal do Commercio, e que tem por epigraphe o seguinte (leu).

Mais para baixo eu e o sr. conde da Taipa somos taxados de egoistas e usurarios por fazer opposição ao projecto, e de certo não ha nada mais ridiculo do que isso (apoiados). Eu não digo isto porque me incomodasse, mas trago só para dizer qual tem sido a pressão que se tem exercido ha muitos annos n'esto desgraçado negocio n'este paiz, e todavia é um negocio importante d'este paiz, porque de uma parte está a dignidade dos governos com relação a este objecto, e da outra os desejos d'aquelles que sempre se dirigem pelos verdadeiros interesses do paiz; e digo os verdadeiros interesses do paiz, porque contra este facto de proteger, não digo a primeira industria de um paiz, não ha nada que se opponha quando ha falta d'essa protecção e liberdade, quando isso que devia ser protecção não é substituido por outra coisa. Sr. presidente, a que vem toda a discussão que eu tenho ouvido? que razões têm adduzido os que sustentam uma opinião contraria ao additamento do marquez de Niza? Aju-

da não ouvi demonstrar senão que ha falta de cereaes, e que é preciso a admissão, e pergunto se não está prevenida esta questão na generalidade do projecto, cuja sentença é essa? Para que se argumenta agora com a falta de cereaes? Eu não posso entender para que veio todo esse luxo de discussão, com tanta pressa de acabar, porque por uma parte pôde perigar a nação, porque a necessidade é urgentissima (apoiados), e por outra parte está a argumentar-se a favor do que já está vencido! Eu não aceito a admissão dos cereaes, como vem no projecto, porque hei de votar que sejam admitidos com algum imposto, e digo algum imposto porque não ha n'isso grande differença, e não desejava que a camara tratasse d'esta importantissima questão de leve e a fugir (apoiados).

Sr. presidente, é verdade que as muitas razões que se adduziram por parte d'aquelles que sustentam o imposto, é que não eram simplesmente as razões financeiras que justificavam esse imposto, mas as razões da conveniencia publica, porque são razões pelas quaes o imposto se torna necessario em relação ás necessidades de um paiz; e isto não é novo, sr. presidente, porque nós temos visto o mesmo quasi todos os dias na historia do que aconteceu ás nações, que por circumstancias extraordinarias, que não poderam evitar, e não digo eu já por condescendencia, como agora, se collocaram nas circumstancias de perder a sua agricultura. Repito, nações que por circumstancias as obrigavam, e não de penderam d'ellas, nem poderam diminuir, perderam a sua agricultura, e não a substituíram por outras industrias. Portanto, quando levanto a minha voz a favor da agricultura do meu paiz, para defender no parlamento e no meio dos portuguezes a sua primeira industria, é uma coisa que me surprende, porque eu posso ter errado, mas digo que este facto se sustenta com muitos exemplos, e repetei o que succedeu em Roma no tempo de Sylla. Roma que era então senhora de todo o mundo, quando Sylla deu as terras do Lacio e outras partes aos legionarios, o que succedeu é que os homens livres que foram cultivar as terras eram os seus habitadores, e lembram-me agora essas bellas expressões do delicado Virgilio... Quando elles tiveram aquellas terras não poderam concorrer com a agricultura que era feita pelas mãos dos escravos, então tiveram de vender pouco a pouco as suas terras, porque os seus habitos de soldados mal se combinavam com os habitos do agricultor, e em pouco tempo foi decaindo a agricultura. Quando a fertil Italia se achou nas circumstancias de poder sustentar uma esquadra, para ser sempre livre o caminho á sua frota de Africa, que conduzia a Roma esfaumada os generos com que havia de sustentar o povo, diz um illustre historiador moderno, que á proporção que vinham os generos de fora cada vez o povo tinha mais fome.

Parece-me que se quer decidir esta questão com duas palavras, mandando perguntar quanto custa um pão? custa 40 réis, é muito caro, e era melhor que fosse a 20 réis. De accordo, mas isso deixa ficar em pé a questão, porque quando se quizer o pão barato por este meio, ha de vir o caso de o ter carissimo, e até não ter. Pois os dignos pares comprehendem que em quanto Portugal não tiver cereaes para si, como outro qualquer terra da Europa, que não havia algum paiz que os enviasse para aqui, e que d'este modo não ficava o povo sem meios de se alimentar? (apoiados) E o que vemos agora havemos de ver então.

Mas é notavel que aquelles que querem a livre admissão dos cereaes (e eu não me admiro que a queiram porque é uma opinião como qualquer outra), não queiram também a livre admissão para todas as outras cousas que não são a nossa primeira industria. Parece que querendo-a para a agricultura deviam dar-lhe a compensação de outros generos de que ella carece; pois pergunto eu: não é barbaro que exista um grande tributo sobre o panno de que tem que vestir-se o lavrador? Não se dá a mesma razão também a respeito do ferro de que tanto carece a agricultura? De certo. Vê-se por tanto que se não quer proteger a agricultura, mas de certo se quer perdê-la. Conheço que o digno par marquez de Ficalho, a quem eu me dirijo, quer sempre o bem; quer o que eu quero, no que eu tenho muito sentimento. S. ex.ª quer que se mude de produção, convengo que isso se faça quando a utilidade seja muito e muito reconhecida pela pratica, e pelos resultados filhos da experiencia, então sim substitua-se uma coisa á outra. Mas no que eu não convengo é, em que se ponha vinha aonde a vinha não se dá. Nós temos terra de tres qualidades, a da primeira qualidade ha de render muito pouco, a da terceira qualidade menos ainda; mas quando por todas ellas estejam hoje aproveitaveis, amanhã não succederá assim, e attenda-se a que o nosso solo a respeito de cereaes é muito mediocre (apoiados).

Mas senhores esta não é a questão, e se o é, é o par a caso opposto. Eu sustento o imposto, porque quero ser logico, e quem me obriga a votá-lo é a idéa da lei geral que o governo promette apresentar ao parlamento. Conheço que o sr. ministro pôde mudar de tom, mas o facto é sabermos todos que essa é a sua opinião. Se pois isto é assim, para que é então que hoje se quer tomar esta medida, que a meu ver, e ao de muitissimas pessoas, é prejudicial á agricultura? (apoiados)

Sr. presidente, eu não havia lei, nem o receio, ou esperanca d'ella, que impozesse somente um tributo, a idéa da futura colheita é que podia regular a importação: o homem que visse a colheita, ou que pensasse em que a colheita era pequena, importava mais genero: aquelle homem porém que visse que a colheita era mais prospera, diminuía a importação antes de acabar o praso. Mas, sr. presidente, desde que os especuladores têm a idéa e noticia que é de todos sabida, elles fazem o contrario, e a razão d'isso é, porque elles ganham tanto quanto for o imposto (apoiados). Ora, para que havemos nós de fazer este presente a esses homens, com grave prejuizo da agricultura? (apoiados) A lei pois ou não é nada no anno de que estamos tratando para esta medida especial, por que o importador, sem direitos, ha de importar o que for necessario para o consumo futuro, porque tem a vantagem do imposto que agora não paga. Para que, repito, se ha de fazer isto? E note a camara, que em 30 de junho nenhum paga nada, e em 1.º de julho ha de pagar o que a lei disser: isto é, de uma noite para a madrugada um não paga nada, e outro ha de pagar! E receia-se então que o genero será mais caro. Não ha de ser, antes pelo contrario, como bem demonstrou o digno par marquez de Niza, sendo facto verdadeiro que nas provincias ha grandes depositos, e que lá ninguém quer comprar cereaes: embora digam os srs. ministros o que lhes parecer, e o que quizerem, porque a verdade é, e ver-se-ha a exactidão do que avango, no momento em que elles virem que os cereaes se admitem sem direitos, começam a vender.

Sr. presidente, eu tinha muitos argumentos que adduzir para sustentar a minha opinião, mas como é quasi noute e tenho de dois dignos pares, vou acabar declarando que voto pela admissão dos cereaes sem me pagar da urgencia que se me apresentou, mas voto com o imposto de 90 réis em cada alqueire de trigo, e de 60 réis em cada alqueire de centeio (apoiados).

O sr. Visconde de Balsemão:—requiero que esta votação seja nominal (muitos apoiados). Assim se decidiu.

O sr. Presidente:—Ha na mesa um additamento do digno par marquez de Niza, apoiado pelo digno par barão de Porto de Moz...

O sr. Visconde de Ponte Arcada:—perdoe v. ex.ª que eu o interrompa, para observar que isso que está sobre a mesa é mais uma emenda do que um additamento.

O sr. Presidente:—peço licença para dizer que é um additamento, porque conserva o que está, e addiciona alguma coisa: em quanto que a emenda retira o que está, e propõe nova doutrina.

Visconde de Balsemão:—mas então ficamos nós inibidos de votar a admissão como queremos votá-la com a emenda.

O sr. Presidente:—o artigo do projecto diz assim (leu). E o que apresento o digno par marquez de Niza diz isto (leu).

O sr. marquez de Niza:—para haver concordancia foi necessario eliminar a palavra livremente.

O sr. Presidente:—para evitar duvidas vae votar-se primeiro a proposta do digno par marquez de Niza (apoiados).

O sr. secretario vae fazer a chamada para a votação nominal.

Disseram rejeito os dignos pares duque da Terceira, marquez de Ficalho, marquez de Fronteira, marquez de Loulé, conde de Arrochella, conde de Azinhaga, conde de Bomfim, conde de Farrobo, conde de Linhares, conde de Mello, conde de Paraty, conde da Ponte de Santa Maria, visconde de Algodres, visconde de Castro, visconde de Fornos de Mello, D. Carlos de Mascarenhas, Joaquim Antonio de Aguiar, Joaquim Larcher, José Feliciano da Silva Costa, José Maria Eugenio de Almeida, e D. Pedro de Menezes de Brito do Rio.

Disseram approve os dignos pares marquez de Niza, marquez da Ribeira Grande, marquez de Vallada, conde das Alcaçovas, conde de Mesquitella, conde de Penamacor, conde do Sobral, conde da Taipa, visconde de Balsemão, visconde de Ponte Arcada, visconde de Sá da Bandeira, barão da Arruda, barão de Porto de Moz, e Manuel de Macedo Pereira Coutinho.

O sr. Presidente:—vae proceder-se agora á votação do resto do projecto.

Foi approvado sem discussão, e a mesma redacção.

O sr. Presidente:—o sr. ministro terá a bondade de tomar as ordens de Sua Magestade, e indicará á camara o dia em que ha de ser apresentada a deputação portadora d'esta lei.

O sr. ministro do reino:—Sua Magestade encarregou-me de declarar a esta camara que receberá a deputação na terça feira ao meio dia.

O sr. Presidente:—vão ler-se os nomes dos dignos pares que hão de compor a deputação.

O sr. Secretario:—(leu) e são os dignos pares, visconde de Algodres, o vice-secretario visconde de Ovar, e os dignos pares conde de Penamacor, conde da Ponte, conde da Ponte de Santa Maria, conde de Rio Maior, conde do Sobral.

O sr. Visconde de Ponte Arcada:—o digno par conde de Rio Maior encarregou-me de participar, por motivo de doença não tem comparecido ás ultimas sessões, e ainda deixará de o fazer em mais algumas pela mesma razão.

O sr. Presidente:—a seguinte sessão será na quarta feira (28); sendo a ordem do dia o parecer da commissão de guerra, sobre a proposta do digno par o sr. visconde da Luz, renovando a iniciativa no projecto de lei n.º 103 (da legislatura passada), para se applicarem as disposições da carta de lei de 17 de julho de 1855, aos officiaes do exercito e da armada, que estiveram homisados, ou foram degradados, presos ou deportados desde o 1.º de março de 1828 até 31 de maio de 1834; e as interpellações já annunciadas se estiverem presentes os srs. ministros respectivos. Está levantada a sessão.

Passava das seis horas e meia da tarde.

Relação dos dignos pares, que estiveram presentes na sessão do dia 24 de março de 1860

Os srs. visconde Algodres, duque da Terceira, marquez de Ficalho, de Fronteira, de Loulé, de Niza, das Minas, de Ponte de Lima, da Ribeira, e de Vallada; condes das Alcaçovas, de Arrochella, de Azinhaga, do Bomfim, do Farrobo, de Linhares, de Mello, de Mesquitella, de Paraty, de Ponte de Santa Maria, do Sobral, e da Taipa; viscondes de Athyga, de Balsemão, de Benagasil, de Campanhã, de Castellões, de Castro, de Forno Arcada, de Fornos de Algodres, da Granja, e de Sá da Bandeira; barões de Arruda, de Ancede, de Pernes, e de Porto de Moz; Mello e Saldanha, Pereira Coutinho, D. Carlos Mascarenhas, Margiochi, Silva Carvalho, Aguiar, Larcher, Silva Costa, Eugenio de Almeida, e Brito do Rio.

CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

SESSÃO DE 31 DE MARÇO

PRESIDENCIA DO EX.º SR. BARTHOLOMEU DOS MARTIRES

Á meia hora da tarde verifica-se, pela chamada, estarem presentes 88 srs. deputados.

O sr. Presidente:—declara aberta a sessão.

Acta approvada.

Mandam-se lancar na acta as seguintes declarações:

1.º Do sr. visconde de Portocarrero, de que o sr. Biencio Correia não comparece á sessão por incommodo de saude.—Intervida.

2.º Do sr. Infante Pessanha, de que o sr. Sousa Feio não comparece á sessão de hontem, não comparece á de hoje, nem talvez a mais algumas, por motivo justificado.—Intervida.

CORRESPONDENCIA

1.º Um officio do sr. Posser, participando que, por incommodo de saude, não pôde ser presente á sessão de hontem, á de hoje, e talvez a mais algumas.—Intervida.

2.º Da camara dos dignos pares, participando ter sido ali approvada e reduzida a decreto das cortes a proposição de lei sobre ser admittida até 30 de junho proximo a livre importação de trigo e centeio.—Intervida.

3.º Do ministerio do reino, acompanhando os processos eleitoraes das eleições nos circulos de Angra do Heroismo e Barlavento de Cabo Verde, a que se procedeu em 10 de setembro de 1859.—A commissão de poderes.

4.º Do mesmo ministerio, acompanhando uma nota das alterações occorridas na despeza d'este ministerio, desde que foi organizado o orçamento para o anno economico de 1860-1861 até 29 de fevereiro proximo findo; satisfazendo assim a um requerimento do sr. Justino de Freitas.—A commissão de fazenda.

5.º Do ministerio da guerra, acompanhando a nota das alterações occorridas no orçamento d'este ministerio para o anno economico de 1860-1861, desde a sua confecção em 30 de junho proximo passado até 17 do presente mez.—A mesma commissão.

6.º Do ministerio das obras publicas, acompanhando uma nota do material fornecido por sir Morton Peto para o caminho de ferro de leste; satisfazendo assim a um requerimento do sr. José Estevão.—Para a secretaria.

7.º Do mesmo ministerio, dando os esclarecimentos pedidos pelo sr. Francisco Costa, relativos á estrada de Ovar para a villa da Feira.—Para a secretaria.

8.º Uma representação da camara municipal de

Villa Viçosa, pedindo que se aproxime o traçado do caminho de ferro de leste dos concelhos de Estremoz, Borba, Villa Viçosa e Alandroal.—A commissão de obras publicas.

Tem segunda leitura a seguinte proposta: A commissão do ultramar pede que lhe sejam adjunctos os srs. deputados Francisco Joaquim da Costa e Silva, e Francisco Rodrigues Batalha.—J. A. Maia, secretario.

E admittida e approvada.

Tambem tem segunda leitura um requerimento do sr. Arrobas para se recomendar ao governo a impressão de todos os documentos relativos ao tratado entre Portugal e a Hollanda.

O sr. Presidente:—declara á camara que, segundo as disposições em vigor, nenhum requerimento que inclua a clausula de recommendação ao governo, pôde expedir-se pela mesa, sem ser admittido á discussão, e approvado pela camara.

O requerimento foi admittido á discussão.

O sr. Mello Soares:—não interpele juizo sobre a conveniencia da necessidade de se imprimirem esses documentos, com quanto entenda que d'essa impressão pôde provir esclarecimento ao negocio; mas parece-lhe que não estando presente o autor do requerimento, a pratica é o esperar-se que elle o esteja, para então se discutir, e por consequencia propunha o adiamento n'estes termos.

Posto o adiamento a votos foi approvado, para quando estiver presente o sr. Arrobas.

O sr. Ramiro Coutinho:—manda para a mesa duas representações das camaras municipales de Cintra e Cascaes, para serem remetidas á commissão de obras publicas, versando ambas sobre a necessidade de se fazer a estrada de Cintra a Cascaes. Lembra á commissão que achando-se quasi terminada a estrada de Paço d'Arcos a Cascaes, e ficando aquelle partido sem trabalho, era conveniente enviá-la para a confecção da estrada de Cintra a Cascaes.

O sr. Alves Martins:—envia para a mesa uma representação de 336 moradores de Estremoz, que pedem se approve a directriz da linha ferrea á fronteira de Hespanha que vae por aquella povoação.

O sr. Visconde de Pindella:—quer levantar a sua voz perante o parlamento, e protestar contra a palavra preferencia, que um illustre deputado dissera, recommendando a estrada pelas Alturas; e por isso protesta em nome da justiça e da razão, contra essa preferencia: e este voto é acompanhado de uma representação, que envia para a mesa, em que os habitantes de Guimarães pedem que não seja alterada a directriz da estrada de Guimarães a Trás os Montes. Está assignada por todos os proprietarios, negociantes e artistas de Guimarães.

Nada acrescenta ao que já por outra occasião ponderou sobre este objecto, e os seus illustres collegas de Celorico, Cabeceiras e Villa Pouca de Aguiar, porque elles mostraram exuberantemente, que esta devia ser a directriz preferida a toda e qualquer estrada que ligue o Minho a Trás os Montes.

Aproveita a occasião para declarar que faz seu o projecto apresentado por alguns illustres deputados, relativamente a melhorar a sorte da infeliz classe dos officiaes de Evora Monte. Une os seus votos aos d'aquelles illustres deputados, porque é tão reconhecida a justiça d'estes desgraçados, que em fim pouco faz, mas faz muito em dar este protesto de adhesão á sua causa, para que acabe por uma vez aquelle seu soffrimento e viver de lagrimas e miseria.

Pede pois á illustre commissão de guerra que o mais breve possível dê andamento a este negocio, negocio nacional, porque é uma vergonha para a nação que uma classe d'aquellas esteja votada ao abandono e ao esquecimento, e porque não só é preciso fazer justiça, mas que esta seja feita de prompto, porque um dia que se corte aquelle estado de soffrimento, seccam-se muitas lagrimas e poupam-se muitas agonias. Recommenda este assumpto em nome do direito, em nome da humanidade, e finalmente em nome da dignidade do paiz.

O sr. Jacome Correia:—manda para a mesa uma proposta, que fica para segunda leitura.

O sr. Affonso Botelho:—envia para a mesa um requerimento de um empregado da cidade do Porto, pedindo augmento de ordenado.

O sr. D. José de Alarcão:—envia para a mesa um requerimento assignado por mais alguns srs. deputados, e chama sobre elle a attenção do sr. ministro das obras publicas.

O sr. Plácido de Abreu:—no requerimento que teve a honra de apresentar na sessão de hontem, teve por objecto esclarecer e illucidar a proposta do governo, e evitar para o futuro duvidas na execução do contrato; duvidas que tem apparecido no assumpto, e que não appareceriam por certo se ao contrato primitivo se reunissem os perfis-tipos georac de construcção.

Amostrado, pois, por esse facto fez o seu requerimento na idéa que a materia se esclarecesse, e não quiz de modo algum perturbar ou denunciar a discussão.

Permitta-lhe o sr. ministro que diga, que s. ex.ª pôde satisfazer o seu requerimento em poucos instantes, ordenando que na repartição technica do ministerio a seu cargo se elaborem os perfis requeridos.

É negocio de poucas horas. A idéa de mandar vir de Madrid os perfis-tipos, e de ser preciso um mez, é tal que se convence de que s. ex.ª não deu attenção ao que requerer, e então concebeu o objecto por modo muito differente d'aquelle porque elle o tinha concebido. Creia o sr. ministro que não tem em vista demorar a discussão, e menos fazer opposição a s. ex.ª, a quem só tributa respeito e consideração.

Entende que o contrato fica defeituoso, se a proposta do governo se não esclarecer com aquelles desenhos, e então pede a s. ex.ª e ao governo, que por bem do seu paiz acceda á idéa apresentada, que nada tem de reservada, e menos de querer embaraçar a presente discussão. O contrato Hislop era, n'este ponto mais amplo e perfeito, porque era instruido com todas as peças e desenhos mais essenciaes, relativos ao assumpto, e os perfis-tipos georac de construcção eram uma parte componente. A camara fará o que entender na sua sabedoria; pela sua parte tem cumprido o seu dever.

O sr. Ministro das obras publicas (Antonio de Serpa):—acredita que o sr. deputado não tinha intenção de embaraçar o debate, entretanto o que disse é, que a execução

da que mandou para a mesa, para se eliminar do artigo 1.º uma grande parte das condições n'elles consignadas, dizendo que todas as modificações ou alterações feitas ao contrato primitivo, como são a da largura do caminho, a do aumento do peso dos carris, e o encurtamento do prazo em que o mesmo caminho deve estar pronto, tem por fim fundamentar a concessão que se faz ao concessionário da dispensa do movimento de terra para a segunda via; mas que todas estas compensações não tem valor algum em proporção do que se concede ao mesmo concessionário, e por isso julga mais conveniente prescindir d'ellas, para que se não diga, que em compensação de um favor, que nada vale, vamos conceder outro, que effectivamente tem muito valor (apoiados). Não ha inconveniente em prescindir de todas estas vantagens que se nos querem conceder, porque o não são, pois está evidentemente provado que, pela modificação feita ao contrato primitivo relativamente à largura do caminho, elle fica mais estreito do que estava, e em condições inferiores ás que estavam estabelecidas no contrato; e se ha ainda algum que ponha isto em duvida, é melhor deixar esta questão para ser decidida pelos meios que o mesmo contrato offerece, do que decidila desde já contra nós. Entende, pois, que não ha vantagem alguma em fixar desde já dimensões diferentes das que se acham fixadas no contrato, e os arbitros decidirão depois as duvidas que a respeito da execução do contrato n'esta parte se suscitarem (apoiados).

O sr. ministro do reino, quando fallou a ultima vez, citou parte de uma consulta do conselho das obras publicas de 1855, quando se levantou uma questão sobre a execução do contrato Hislop, mas s. ex.ª citou só parte d'essa consulta; e se a tivesse lido toda, a camara veria que não foi o conselho de obras publicas que mudou de opinião, como s. ex.ª pretendeu provar, mas sim o sr. ministro. Pede licença á camara para ler essa consulta (leu-a).

Já a camara sabe que não foi o conselho que mudou de opinião, nem elle, orador, como o sr. ministro dissera, e se hoje não estava ao lado de s. ex.ª era porque s. ex.ª se tinha separado d'elle, seguindo uma opinião diferente da que tinha então.

Sustenta, pois, a sua emenda; entendendo que o que se teve em vista foi unicamente arranjar um pretexto para sobre elle se fazer uma concessão valiosa, mas parecia-lhe mais franco e mais sincero dizer-se que o contrato, pelo modo porque estava feito, não se podia executar, e precisava de uma alteração em que se concedessem maiores vantagens ao concessionário, por exemplo, a mesma que se lhe quer conceder; porque a camara vera depois, se o contrato primitivo com a dispensa do movimento de terra para a segunda via, estava ainda assim em condições accitaveis, e o approvava ou rejeitaria, como entendesse. Parece-lhe mais conveniente e mais franco apresentar isto assim do que querer fazer acreditar á camara e ao paiz que recebemos compensações por esta concessão, quando tal não ha (apoiados).

Tendo-se demonstrado na camara que o caminho de ferro com as modificações feitas ao contrato ficava em peor condição, por que a via ficava mais estreita do que se achava estabelecida no contrato primitivo, se apresentaria hontem por parte da commissão, de accordo com o governo, uma nova redacção, declarando-se que as dimensões das diversas partes do caminho em perfil transversal, em alicerces ou desaterros, e terrenos de rocha, assim como nas obras de arte, nunca serão inferiores ás dimensões correspondentes das principais linhas de ferro hespanholas. Esta proposta veio confundir ainda mais a questão, e confirmar a opinião dos que sustentavam que a modificação proposta no projecto da commissão deixava o caminho em piores condições, do que sendo feito em conformidade com as disposições do contrato, por que pela nova proposta da commissão se conhece que nem ella nem o governo tem certeza de que pela primeira modificação ao contrato, o caminho fica effectivamente nas mesmas condições dos caminhos hespanhoes (apoiados).

Como não sabe quaes os peris que se propõem, como vê umas vezes sustentar uma cousa, e outras vezes outra, entende que isto deve ser definido; e se reputam que esta questão é impropria da camara, e realmente melhor fôr que não tivesse sido trazida, não a trouxessen; a culpa não foi da camara, mas sim das commissões, que quizeram introduzir alterações técnicas, para em virtude d'ellas se votar a dispensa dos atterros. Julga necessario eliminar esta condição e sustentando a sua eliminação, está na ordem.

O sr. Presidente:—não deseja interromper o orador, nem ninguém, mas uma vez que elle sustenta que está na ordem deve declarar, que a sustentação de uma moção de ordem nunca pôde envolver polemica nem a resposta a argumentos contrarios; por que de outra sorte é verdadeiramente a discussão da materia (apoiados).

O orador:—agradeço muito as observações do sr. presidente, persuadido de que são feitas com toda a imparcialidade; ponderando todavia que a prescrição do regimento é, que não se falle sobre a ordem sem apresentar a respectiva moção.

Apresentando uma emenda em que supprime uma parte dos artigos que se reputavam indispensaveis, tinha de justificar esta supressão; mas vae resumir-se no que tem a dizer.

A unica vantagem que se tira, é de alargar os tunneis, e esta largura foi calculada em 300 e tantos contos; mas já fez o cálculo da despesa necessaria para essa largura, e até já o publicou pela imprensa, e anda por 40 e tantos contos; e esta vantagem pôde mesmo obter-se quando se tratar da execução do contrato e de applicar o traçado ao terreno, sem augmento de despesa para o estado.

Em conclusão entende que as diversas alterações não offerecem vantagem alguma para o estado, e que se não desde já resolver as duvidas do modo mais vantajoso, de maneira que ainda que os arbitros as resolvessem contra nós, não podiam resolver peor; e que o contrato com as duas modificações das tarifas e da formação da companhia fica em condições de ser approved pela camara.

O sr. José Estevão (sobre a ordem):—apresenta a seguinte proposta:

«Requerio que se recomende ao governo, que na determinação da directriz do caminho de ferro de Coimbra ao Porto, se considere se será preferivel a todo e qualquer traçado, pelo menos em alguns pontos, levar o caminho de ferro pelo leito da estrada actual, accordando-se com a companhia do caminho de ferro na indemnização, a que porventura o governo tenha direito pelas obras feitas na referida estrada, e que porventura aproveitem á companhia.» José Estevão.

Não falla na materia, mas pede que não se feche a discussão sem que lhe seja permitido dizer duas palavras, principalmente a respeito da narrativa que se fez de factos passados nas commissões, os quaes tem necessidade de rectificar, appellando do testemunho de um dos membros das commissões, para o testemunho colectivo de todos os outros membros. Fará presente á camara quanto influem nas commissões para aceitarem as modificações ao contrato, a estipulação que assegurava a execução simultanea dos dois caminhos, e discutirá mesmo debaixo das relações militares e estratêgicas, a importancia do caminho de ferro do norte. Sente que esse caminho não fosse apreciado debaixo d'este ponto de vista por distinctas capacidades militares,

quando pizeram a nossa nacionalidade e a nossa defesa á mercê da caritativa segurança de levar o caminho de ferro por baixo das baterias da praça de Elvas, e de certo essa segurança ficaria mais garantida se acaso o caminho de ferro enfiasse pela bateria, porque com dois ou tres tiros eram mortos todos os hespanhoes, quando quizessem invadir o nosso paiz.

Tambem manda para a mesa um requerimento, pedindo esclarecimentos ao governo que prendem com esta questão, e ao qual pede se dê o expediente devido.

É admittida á discussão a proposta do sr. Lobo d'Avila, apresentada na sessão de hontem.

Tambem é admittida á discussão a proposta do sr. José Estevão.

O sr. D. Rodrigo de Menezes (sobre a ordem):—pede que se cumpra rigorosamente o regimento, não se permitindo que entrem na materia aquelles srs. deputados que pedem a palavra sobre a ordem para apresentar propostas, porque d'esta forma são preteridos aquelles que estão inscriptos sobre a materia (apoiados).

O sr. Ministro das obras publicas (Antonio de Serpa):—vê-se na necessidade de rectificar factos e asserções que lhe parece que foram, não intencionalmente, um pouco desfigurados.

Refero-se ás palavras que pronunciou ainda ha pouco o sr. Lobo d'Avila, pretendendo defender o conselho de obras publicas de imputações que não lhe foram feitas, e o seu testemunho, se fosse necessario, parece-lhe que tinha sido bastante para provar que o conselho de obras publicas não merecia imputação.

Disse o sr. deputado, que o conselho tinha sido sempre da mesma opinião, que não era contradictorio. Foi isto mesmo que elle, orador, disse, deve estar presente na memoria dos illustres deputados, e deve estar consignado no *Diário da Camara*, por que disse, que o conselho de obras publicas tinha sido sempre uma opinião a respeito da maneira de cortar as larguras do caminho; que era imparcial e não podia deixar de o ser, e que defendia os interesses do estado na interpretação dos artigos do contrato.

Disse-se com mais espirito talvez do que exactidão: «o conselho de obras publicas não é competente para discutir as questões técnicas não é competente o ministro, não é competente a camara, quem é então o competente?» É necessario entender as cousas rasoeiramente. Para discutir e decidir em these as questões técnicas, é competente o conselho de obras publicas, são competentes os engenheiros hespanhoes, francezes, inglezes, no fim todos os homens de arte, e não é competente a camara nem o ministro, que não é engenheiro; mas para decidir a interpretação de um artigo do contrato, não é competente nem o conselho, nem os engenheiros hespanhoes, nem a camara, nem o ministro, porque o tribunal competente são os arbitros, e o que elle, orador, não quer é que os arbitros venham decidir essa questão, o que não quer é que a camara vote um contrato em que haja um motivo de duvidas, podendo elle remove-las (apoiados).

A questão da terceira modificação é uma questão muito simples; e note-se que aquelles srs. deputados que a têm impugnado, têm-se contradito de tal maneira, que para responder ás suas observações basta contrapô-las. Em quanto uns entendem que não se deve approvar a terceira modificação por importar um onus, outros querem que o estado tenha um onus maior, pois que propoz-se que se dessem á camara mais indemnizações e compensações, propoz-se mesmo que se augmentasse a subvenção 2.000\$000 réis. De certo o empenhamento acatava muito melhor essa transacção, mas isso é o que o governo não quer. O que pareceu conveniente ao governo foi que se ajustassem as duvidas, e ao mesmo tempo se adquirissem condições vantajosas para o paiz sem o estado dispendir mais um real de subvenção. Em quanto outros paizes mais adiantados de que nós n'estes aperfeiçoamentos materiaes, e que estão em muito melhores circumstancias, fazem esta mesma concessão do adiamento dos atterros gratuitamente, nós, fazendo-a, conseguimos vantagens importantes.

Estes calculos foram tirados de calculos feitos por engenheiros acreditados a respeito de obras construidas na França, na Belgica e Alemanha, do orçamento feito por um distincto engenheiro portuguez, o sr. Conceição, a respeito do caminho do Ponte de Asseca a Thomar, e do orçamento acceto e approved pelo conselho de obras publicas a respeito do caminho desde Lisboa a Santarem; e o illustre deputado que acaba de fallar o que contrapõe a estes calculos é o calculo directo dos movimentos de terra do sr. Vatiez, que calculou em 66:000\$000 réis o custo do caminho de Lisboa ao Porto.

Elle, orador, aceita os calculos de sr. Vatiez, mas os calculos todos. E então a subvenção é pequenissima, e o contrato muito vantajoso.

Cumprê-lhe agora explicar que, quando tomou a palavra pela primeira vez, não censurou os illustres deputados que tinham feito parte do governo que antecederá o actual, nem fizera insinuação ou allusão, como se pretendem inculcar, quando disse que o governo que contrahira com sir Petto o caminho de ferro do norte mandára dizer áquelle cavalheiro que propozesse certas modificações, porque fez essa asserção baseando-se nos documentos que mandára para a mesa, e o que ha a notar n'esta parte é a falta de franqueza da parte d'aquelles illustres deputados, que de certo occultaram esta circumstancia nas melhores intenções e sem o desejo de prejudicar o paiz.

Disse-se tambem «semeamos caminhos de ferro e colhemos reclamações». Era bem bom que assim fosse, mas o que se prova em relação ao passado é que colhemos reclamações sem ter semeado cousa nenhuma (apoiados); e se isto é verdade a respeito do contrato Petto, não o é todavia a respeito do contrato Salamanca, porque se semeamos caminhos, nada nos autorisa a colhemos reclamações. Se as reclamações de sir Petto se fundam em portarias do governo, em cartas particulares, em telegrammas, agora cousa nenhuma ha, e a camara pôde n'esta parte votar sem receio.

Tendo sido accusado de censurar os seus predecessores, porque disse que a administração do caminho de ferro de leste estava n'um estado deploravel, declara que nem isto é uma censura nem a sua intenção foi essa. Não quiz se não mostrar a vantagem que se tinha tirado de o concessionario ter tomado por sua conta a administração d'aquelle caminho.

Tambem não pretendeu lançar censura sobre os empregados do caminho de ferro do norte, porque no estado do nosso paiz, havendo pouca pratica d'estes trabalhos era impossivel exigir as condições de economia, que seriam para desejar, por mais habéis, zelosos e intelligentes que aquelles empregados fossem, e que na realidade o eram.

Como a questão da companhia se trouxe a pello não pôde deixar de dizer alguma cousa sobre ella.

Diz-se «a companhia não existe, é só um homem que toma todas as acções». Não pôde deixar de ser assim. O sr. Salamanca pede licença para passar para a companhia o seu contrato e ao mesmo tempo todos os seus direitos e obrigações, mas, em quanto a companhia não está formada, é necessario que haja algum que responda; para isso precisa elle de tomar todas as acções; e aqui está a razão porque assim o diz, e não é para ficar sempre formando a companhia, o que era censurado,

porque o governo não lhe impoz a obrigação da companhia.

Diz-se tambem por outro lado «o sr. Salamanca é empreiteiro, faz o caminho por subvenção, e por mais 132:000 francos que lhe dá a companhia, e por mais perde á companhia; e em consequência d'isto não arranja só acionistas, e até o sr. Avila lhe perguntou, se os capitalistas que entram n'este negocio tinham conhecimento dos estatutos. Ora, se o sr. Salamanca não pôde formar a companhia, como é que lucra?»

Cumprê-lhe dizer ao sr. Avila que não só os capitalistas, que se dispõem a formar a companhia, têm conhecimento dos estatutos, mas os estatutos foram feitos de accordo com esses cavalheiros, dois dos quaes estiveram em Lisboa, e por essa occasião negociaram com o governo estas duas modificações, sendo um d'elles mr. Chateley e o outro o conde Daru, que vem citado pelo Perdonnet no seu ultimo livro, na relação dos homens que mais têm contribuido para a feitura dos caminhos de ferro em França.

E a respeito d'aquelle celebre engenheiro, que o sr. Avila citou, dizendo que era todo do sr. Salamanca, o sr. Talabrau, e que elle o impunha á companhia para decidir as questões, não pôde deixar de declarar que tem logar exactamente o contrario. Esse engenheiro está ligado com os capitalistas, com o conde Daru, com Chateley e outros, e foi proposto pela companhia, e acceto pelo sr. Salamanca; e é tão conhecido, que o seu nome tambem vem citado no Perdonnet na relação dos mais distinctos engenheiros.

Já a camara vê que os nomes que estão ligados a este negocio são nomes importantissimos.

Censurou-se o governo por não ter apresentado ás commissões da camara as reclamações do concessionario e dos capitalistas, apenas ellas lhe foram presentes. Se o governo não as apresentou logo foi por que sobre umas precisava ouvir primeiro as estações competentes, por isso que se referiam a assumptos técnicos; e sobre outras precisava conferenciar primeiro com os capitalistas estrangeiros, que queriam fazer parte da companhia, o que só passaram muitos dias pôde ter logar, quando elles vieram a Lisboa para esse fim.

Não se deve estranhar que o concessionario tenha começado as obras antes de formada a companhia, porque não é a primeira vez que tal acontece. Ainda ha pouco se deu isto com o concessionario, quando elle tomou a construção do caminho de ferro de Saragoça a Pamplona, cujas obras começaram com tal actividade, que em breve a primeira secção estará prompta; e o mesmo fez em outros caminhos de ferro de Hespanha, onde tem construido alguns centos de kilometros, figurando só como concessionario, e formando depois a companhia.

Nos estatutos da companhia diz-se que as acções serão nominativas, em quanto á importancia dos capitais com que os accionistas entrarem não perfizerem 30 por cento das acções. Por consequencia, quando ellas forem emitidas, o governo sabe quem são os accionistas que entram para a companhia, e conhece se elles dão garantias, e merecem ou não confiança.

Receia-se que, fazendo o concessionario os caminhos em menos tempo, se alteem muito os salarios, prejudicando-se a agricultura. Mas se por um lado se encurtam os prazos, por outro lado adiam-se os movimentos de terra para a segunda via, o que compensa o inconveniente da demasiada procura de braços; alem de que podem vir para o paiz operarios estrangeiros, como já se fez no Alentejo, onde ha nas obras 200 operarios hespanhoes, e como se ha de fazer ainda, porque o concessionario tem contratado com empreiteiros hespanhoes alguns lanços dos caminhos, e elles hão de trazer a gente com quem estão habituados a trabalhar.

Figuram-se graves inconvenientes em se fazerem só os atterros para uma via. Mas o facto é que em França, pelo menos em 1857, os contratos de caminhos de ferro importantes, todos estabelecem as obras de arte e as expropriações para duas vias; porém os atterros só são para uma via.

Disse-se: «é muito desvantajoso para a exploração esse adiamento que se concede, porque temos terrenos muito faveis de se desmoriarem». Geralmente os nossos terrenos, sobre todos os que têm de atravessar as duas linhas ferreas, são graniticos e schistosos, e em algumas partes de grés, que são os mais oppostos ás condições desvantajosas n'este ponto para a exploração de uma só via. Os piores terrenos para a construção dos caminhos de ferro, aquelles que dão logar mais vezes a desmoronamentos, são os infiltrados pela humidade, e são estes os que menos abundam no paiz.

Acha-se inconveniente em não se fazerem os atterros para as duas vias, porque se diz que o descorrilhamento, ou acto de saltarem as locomotivas dos carris, tem logar para o lado externo; e havendo os dois atterros, evita-se o grande choque que os comboys podem soffrir. Mas note-se, que o segundo atterro não evita o inconveniente, porque, dando-se ordinariamente das curvas o descorrilhamento, as locomotivas não se limitam a ficar nos atterros, e a velocidade impelle-as pelo tangente das mesmas curvas.

O primitivo contrato, como está, suscita duvidas e questões, que haviam de ser submettidas á arbitragem; e o governo não deseja que súa do parlamento uma lei approvando um contrato sujeito a duvidas.

Tem-se dito que pela maneira como estão formuladas as modificações, vamos resolver as duvidas contra nós. Não as resolvemos nem pró nem contra; nem a favor do conselho de obras publicas, nem a favor dos engenheiros hespanhoes. Podemos de parte a questão, e estipulamos dimensões que são sufficientes, visto serem as dimensões com que estão construidos os principais caminhos de ferro hespanhoes; estipulamos a conclusão dos caminhos em menos tempo; o alargamento das obras de arte, como são os tunneis e as pontes; augmenta-se o peso dos carris; ha maior certeza de se poder formar uma companhia; e por tudo isto damos a concessão do adiamento dos movimentos de terra, concessão que n'outros paizes se dá de graça, e damo-la em um contrato que todos os illustres deputados confessam que é bom, dos mais vantajosos que se têm apresentado, e d'aquelles que trazem menos onus ao paiz (apoiados).

O illustre deputado disse, que se envergonhava que elle, orador, tivesse ido buscar argumento aos argumentos do concessionario! O illustre deputado que assignou um contrato no qual vem a condição, que no caso de duvida entre o governo e a companhia, e nos casos em que não houvesse accordo entre os arbitros do governo e os do concessionario, a questão seria resolvida exclusivamente por um engenheiro da nação a que pertencia o concessionario, era o menos competente para fazer uma tal exclamação. Não haveria mais motivo para se offender a susceptibilidade então? (apoiados).

O illustre deputado envergonha-se agora d'isto e n'aquelle occasião não julgou que era motivo de vergonha aceitar esta condição! E não censura essa condição nem a discute, e approvou o contrato; mas quem assignou esse contrato não tem direito de dizer o que o illustre deputado veio dizer á camara (apoiados).

Como vê que a camara está cansada e elucidada sobre o ponto em questão, não diz mais nada porque a não quer cançar mais.

O sr. Silva Cabral:—a camara pôde estar sociegada que não teremos telegrammas, nem portarias,

nem cartas, e por isso não haverá indemnizações, e as indemnizações estão na camara! Não consenti nem deo autorisação para as obras do caminho de ferro de leste no Alentejo, e o sr. ministro tinha dito que n'estas obras trabalhava grande numero de operarios, e até referiu que do paiz visinho tinha vindo grande numero d'esses operarios. Não commenta este facto, e entrega-o á apreciação da camara para ver a contradição em que estão os srs. ministros consigo mesmo.

Depois de tantos e tão longos discursos, como os que a camara tem ouvido, receia parecer temerario de vir lançar na balança em que se estão pesando os mais graves interesses da patria, o pequeno contingente das suas idéas; mas pôde no seu espirito mais que o receio, o amor da patria que é inherente ao homem.

A questão que se debate é limitada a um objecto dado, a um contrato que tem uma particular significação, e não é, como se quiz inculcar das cadeiras dos srs. ministros, se os caminhos de ferro, esta protentosa invenção da civilização moderna, reuñem em si vantagens de grande importancia. Quem o contestou ou quem o pôde contestar sem negar a luz á evidencia, á verdade a sua efficacia, ao sol o seu resplendor? Ninguém por menos lido que seja na historia economica dos povos, deixa de conhecer que os caminhos de ferro são de uma vantagem extraordinaria, e que n'elles se verifica aquelle salutar principio enunciado entre os inglezes, do adagio, o tempo é dinheiro.

Mas sendo como são inculcaveis as vantagens dos caminhos de ferro em geral, o contrato que se discute levar-nos-á a terra da promissão? O contrato feito com D. José Salamanca foi confeccionado de maneira que se guardassem as regras da legalidade, da justiça, que se attendesse devidamente ás conveniencias publicas, ao estado das nossas finanças, e que d'ellas se tirasse a sua execução, ou ao contrario, apresentasse elle o tipo do contrato mais leonino e mais injustificavel?

Irritaram-se por que a uma questão de tão alta importancia houve alguém que lhe chamou questão politica. Permitta-mhe os srs. ministros que, sem ferir a sua susceptibilidade, lhes diga que estavam completamente inattentos, ou são eminentemente contradictorios. Que é politica se não a sciencia do governo? Que é essa sciencia se não a determinação das causas da sociedade civil, dos motivos que a tornam mais ou menos perfeita e dos resultados que d'ella dimanam? Se s. ex.ª entendem que os caminhos de ferro são um elemento poderoso de prosperidade publica, e se n'esse sentido contrataram com o actual concessionario, como podem contestar que uma vez demonstrado que o contrato é prejudicial aos interesses da patria, se não tornaram réus de lesa politica por ferirem no coração os interesses da justiça e da patria? Exprobrar á opposição que os motivos por que se oppõe ao contrato é pelo sentimento de ambição ou sede das cadeiras!... Combatem-se rasões, mas não se combatem sentimentos nem intenções, e alem d'isso, era este um recurso sophistico, e já por usado e sedido não pôde ter cabimento em uma camara de representantes do paiz.

Não sabe se ha ou não quem apeteça as cadeiras dos srs. ministros: não responde pelas intenções nem pelos desejos de ninguém; pela sua parte, com a mão na consciencia e com a vista fixa em Deus, declara e protesta á face da camara e do paiz, á face de Deus e do mundo, que não foi, não é, nem será esse o movel das suas acções, nem o fido dos seus desejos.

Se o fozesse seria mais solícito em colorir uma certa franqueza do seu caracter, com a hypocrisia e volubildade que tanto marcha ao sabor da moda: o caminho que segue não é aquelle que offereceria mais facilidade para chegar a essas cadeiras, porque quem combate os abusos da sociedade e pugna pelas reformas, ordinariamente não gosa do fructo das suas doutrinas.

Não pôde mostrar-se indifferente a uma questão que tão dignamente se tem combatido entre aquelles que querem verdadeira e sinceramente os caminhos de ferro, e por isso querem um contrato exequivel, um contrato justo, e um contrato equitativo, e aquelles que tendo tambem muito a peito a construção dos caminhos de ferro, admittem contudo um contrato injusto e incapaz de poder produzir os effectos que desejam, por mais clausulas que actualmente lhe queiram introduzir.

A historia dos nossos caminhos de ferro tem sido desgraçada. No caminho de ferro do sul, por exemplo, a par do onus ou do encargo do juro que veio á nação, tem de pagar grossas sommas a pretexto de condução ou transporte e fornecimento de madeiras, no que entende que muitas vezes tem sido surprehendida a boa fé dos srs. ministros, mas nem por isso os julga menos responsaveis, porque tinham obrigação em um ponto tão importante, de serem o mais rigorosos na fiscalização; e tendo pedido esclarecimentos ao governo a este respeito, sente que ainda até hoje não tinham vindo.

No caminho de ferro de leste as peripecias seguiram-se umas ás outras, e a lição precedente não serviu de lição para o subsequente procedimento. O contrato Hislop produziu para o paiz o gasto de 2.571:000\$000 réis: seguiu-se a companhia central peninsular dos caminhos de ferro, que devide em duas partes, na primeira entrou ao paiz a lição 1:450 e tantos contos, e na segunda, quando foi administrada por conta do estado, custou 1.170:000\$000 réis, o que prefaz a somma de 5.191:000\$000 réis, não contando os gastos que se fizeram desde 15 de julho de 1859 até 15 de novembro, em que se entregou o caminho ao sr. Salamanca, em cujo tempo, segundo um documento official, se construíram 1:640 metros de caminho. Já se vê a quanto monta a somma que tem custado o caminho de ferro de leste que se construiu, antes de se entregar ao actual concessionario.

Não obstante sete annos de experiencia n'estes negocios de caminho de ferro entre nós, os srs. ministros, quando fizeram o contrato sujeito á apreciação da camara, não trataram de seguir as lições da experiencia; se tivessem attendido a essa experiencia não appareceriam alguns dos inconvenientes que se notam no mesmo contrato.

Devia suppor-se que o sr. ministro observaria o compromisso moral que tinha recebido da camara transacta, em virtude do qual ficara, desde logo, obrigado a não proceder de outra maneira.

Por mais custoso que seja, a verdade exige que se diga, que o sr. ministro faltou não só a este compromisso moral, mas infringiu directamente a lei de 22 de julho de 1850 no seu artigo 14.º

Entre os quesitos que em março do anno passado se votaram na camara transacta, acerca do modo como o sr. ministro devia proceder em quanto a qualquer contrato a fazer para a construção do caminho de ferro, via-se o segundo que dizia: «que no estado da questão era necessario o concurso publico assente em bases determinadas». Bem se vê, pois, qual era a significação da obrigação moral que o sr. ministro tinha tomado sobre si. A norma moral que s. ex.ª se tinha imposto a si mesmo era concurso publico por não menos de tres mezes, feito em face das palavras, descripção das obras, e respectivos orçamentos autorisados pelo governo. Este era o preceito legal estabelecido muito claramente na citada lei de 22 de julho de 1850. Pergunta, satisfaz o sr. ministro a esta rasavel prescrição da lei e da moral? Nem uma nem outra couza, como demonstrar pela exposição que passa a fazer.

O sr. ministro tratou directamente com o sr. D. José Salamanca (primeiro erro), tratou antes do concurso, e d'este tratou nasceu exactamente o contrato provisório de 30 de julho de 1859, o qual não foi demorado em ser approved pelo decreto de 3 de agosto do mesmo anno. Não contente o sr. ministro com isto, não contente em lançar na balança não sómente a sua parcialidade a respeito de um homem que não devia ter visto antes do concurso, s. ex.ª limitou o prazo de concurso de tres mezes, que devia ser, a quarenta dias! E ainda foi mais adiante, apresentou como programma para o concurso a pretensão do individuo que devia ser concorrente, e como isto tudo não fosse ainda bastante, no decreto que approvou o contrato provisório, guardou para si o arbitrio pleno de julgar da capacidade dos concorrentes. Foi assim que o sr. ministro entendeu que satisfazia ás obrigações que a sociedade lhe impunha pela voz da lei e da moral.

Admitte, concebe e crê bastante nos conhecimentos do sr. ministro, e na sua lealdade, mas por isso mesmo que tem a maior confiança n'um e n'outra é que apella para a lealdade de s. ex.ª, para que lhe diga se por ventura, perante o tribunal da razão e da verdade, pôde duvidar que n'este ponto andou com a maior precipitação.

É sabido, que diante dos principios de direito administrativo em geral, em especial applicado á materia sujeita, não se admittie em parte alguma o processo que o sr. ministro seguiu a respeito do concurso para a construção do caminho de ferro. Não era possivel porque a lei lh'o vedava; porque tinha sido uma obrigação moral, a qual o levava a não poder sair das regras que se tinha prescripto e imposto, e sem offender os principios de imparcialidade, sem os quaes a justiça do povo é uma chimera.

Em França é constante desde 1775, depois d'isso mais particularmente desde 1790 e 1792, e seguiu durante o imperio e a monarchia e agora mesmo, que nenhuma obra publica se possa contratar com o governo sem se pôr a concurso durante um certo prazo de tempo, e sem que seja em face dos planos das obras e dos orçamentos, e mais bases fixadas, determinadas e approvadas pela respectiva autoridade. E foi d'este principio que se deduziu a nossa lei de 22 de julho de 1850, na qual se estabelece da maneira a mais clara e positiva, que se não possa contratar nenhuma obra publica sem ser por concurso publico, que não durará menos de tres mezes, e com todos os outros requisitos já mencionados; e alem d'isso a mudança ou deposito. Sem se terem seguido e observado estritamente estas prescrições da lei, não se pôde tratar de quaesquer obras publicas legalmente. E n'este caso pergunta: o sr. ministro satisfaz a estas obrigações, não sómente em relação ao preceito moral que se tinha imposto, mas tambem áquelles principios que são applicados ás estradas, e portanto aos caminhos de ferro, por que estes pertencem á classe da viação publica geral, a que são applicaveis todos os principios geraes de viação? S. ex.ª não satisfaz a nada d'isto; e s. ex.ª não pôde admittir um concurso que não tivesse todos os requisitos que tem referido; e obrando em sentido contrario, a consequencia logica é, que está altamente prejudicada a obrigação moral do governo, e o previsto legal da lei, e portanto não pôde deixar de julgar radicalmente nullo, o concurso feito para a construção do caminho de ferro de que se trata. E á face da lei e dos principios, deve-se ordenar a renovação do concurso para se proceder devidamente.

O orador passava a considerar o contrato no seu complexo, não só em relação com os §§ da commissão, mas com os documentos que lhe serviram de base, quando deu a hora, e por isso não continuou e ficou com a palavra reservada para a seguinte sessão.

O sr. Presidente:—dá para a ordem do dia de segunda-feira, a continuação da de hoje, e levanta a sessão.—*Erão quatro horas da tarde.*

Projecto de lei estabelecendo os direitos permanentes que devem pagar os cereaes estrangeiros, apresentado pelo sr. deputado Affonso, em sessão de 29 do passado.

Senhores.—As leis que não tem um caracter de igualdade e de permanencia, tornam-se origem de oscillações e incertezas no modo de ver dos povos, e jámais podem preencher o fim para o qual se foram feitas, o maior bem do maior numero.

A legislação sobre cereaes tem sido em todos os tempos e em todos paizes difficil de se fixar, porque a luta da razão e dos principios humanitarios contra o egoismo e os interesses particulares data de seculos.

Vemos que em França os cereaes não podiam exportar-se para o estrangeiro, nem mesmo de provincia para provincia sem um montão de fiscalizações absurdas e quasi insuperaveis; o que deu logar a uma determinação de S. Luiz no seu regresso da Terra Santa que rematava do modo seguinte: «E querendo reparar os males que seis annos de ausencia tem produzido no reino, ordeno que nenhum dos meus officiaes maiores ponham impedimento á entrada e saída de cereaes ou outras quaesquer materias alimenticias»

Vê-se d'aqui que S. Luiz entendia que para melhorar a situação do reino, era necessaria a liberdade de importar e exportar. Nós alguns centos de annos depois, entendemos que a maneira de fazer prosperar um povo, é «impor-lhe leis prohibitivas, crear á sombra d'ellas um contrabando desenfreado, privar o thesouro de uma receita segura, e lançar pesadas contribuições, que seriam totalmente desnecessarias, se leis economicas, racionais e justas podessem substituir o principio absurdo das medidas restrictivas»

Os cereaes pelas diversas condições das terras, dos climas, das estações e de mil outras circumstancias especiaes, não são tão abundantes em um ponto como em outro. A natureza creando esta des-similhança decreta d'elles, como decreta de todos os mais productos, levou em vista a fraternização dos povos, obtida pela diversidade d'esses mesmos productos, pela divisão do trabalho, servindo de cupula a esse edificio a livre troca.

Se cada qual fosse o operario d'aquillo que necessitasse, não se promoveria o bem geral, como se promove, indo cada um trocar com seu visinho aquillo que elle faz, é verdade, mas que o visinho faz melhor e mais barato.

Ora, o que é exacto, com relação a um individuo, é não menos exacto com referencia a uma provincia, e do mesmo modo a uma nação.

Se um homem tem rigorosa obrigação de comprar aquillo de que precisa, onde encontra melhor e mais barato, não vejo razão plausivel para que a uma nação não seja dado fazer o mesmo, muito principalmente se se trata de artigos necessarios á vida, e de primeira necessidade.

O commercio dos cereaes tem sido pelos diversos governos estudado, e contemplado por diverso modo. Uns querem a formação de grandes depositos, os graneis publicos para fazer face aos annos de escassez. Outros o prego regulador, e outros finalmente um direito fixo para a entrada dos cereaes estrangeiros.

Os primeiros dois expedientes encontraram serios inconvenientes na pratica. O ultimo é realmente aquelle que reúne maior numero de opiniões, e fornece ao povo mais barato a sua primeira materia alimenticia.

Que com esta liberdade trasbordem os mercados, não deve haver o menor receio. Tudo no mundo encontra o seu nível.

Supponhamos que uma abundante colheita reduziu o preço aos cereaes indígenas; os estrangeiros não procuram esse mercado, porque o bom senso e a razão os leva a jogar na alta.

Em quanto aos nacionaes, eis o que acontece: a especulação entra em scena. Os lavradores ricos não mandam aos mercados senão uma parte das suas grandes colheitas; os negociantes compram avultadas partidas, e depositam á espera de preço. Não fazendo isto um só, mas fazendo-o muitos, nunca o preço cãe tanto que deixe de ser remunerador, porque elles mesmos a si se fazem concorrência, lucrando, como de razão, o consumidor.

A questão da admissão de cereaes estrangeiros tem dado origem em todos os tempos a opiniões encontradas, e a medidas mais ou menos imprudentes, mais ou menos precipitadas.

A Berberia, a Russia e a Polonia, paizes onde abundam os cereaes a preços baixos, esses não precisam de legislação para impedir a importação; a legislação está nas suas circumstancias especiaes, e estas fallam mais alto.

Os paizes onde a variedade das estações, diversidade de clima, e mil outras especialidades fazem variar a produção, são esses onde se dá a turbulenta discussão sobre a introdução ou prohibição de cereaes estrangeiros.

A natureza sempre providente já mais torna a escassez geral em todo o mundo. Se faltam cereaes em um districto, abundam em outro, e esta mesma desigualdade habilita a especulação e o commercio licito a fazer o fornecimento, tirando-o do paiz que abunda para aquelle onde escaseia. A importação interessa pois todos os paizes, segundo as suas necessidades naturaes e accidentaes, e é a verdadeira barreira a uma legislação barbara e iniqua, decretando os horrores da fome no meio da abundancia dos paizes vizinhos.

No nosso paiz ha provincias em que a cultura dos cereaes é altamente proficua; mas outras ha em que a produção é sempre escassa.

Se a facilidade do transporte, se os capitães baratos, se a igualdade do imposto se dessem entre nós, quão divina seria a sorte do nosso povo!

Se a par d'isto se reduziisse o direito no bacalhau, hoje objecto de primeira necessidade para o lavrador, se esta redução se levasse ao ferro, aos pannos grossos, aos algodões ordinarios, ás chitas, em uma palavra, a todos os artigos de que a lavoura mais necessita, podia ella produzir mais barato, e concorrer com o estrangeiro em melhores condições.

Quem ignora que Portugal não produz cereaes bastantes para o seu consumo?

Quem não sabe que uma grande parte do trigo consumido e exportado é fornecido pelo reino vizinho?

Quem desconhece que Bragança, Abrantes e Elvas são outras tantas Odessas para contrabando de cereaes?

Para que prohibir a importação e exportação que a natureza das cousas ha de necessariamente trazer?

Porque se não ha de marcar um direito a todos os cereaes estrangeiros, collocando-os na situação de qualquer outra mercancia?

Quando a colheita for agui abundante e lá escassa, que receio ha que elles aqui venham?

Quando se der o caso contrario, para que se ha de proteger o contrabando, desprotegendo o thesouro, e de mais a mais matando um commercio de retorno, a que necessariamente a importação de cereaes devia dar origem?

O principio de que sobre materias alimenticias e de primeira necessidade, o direito deve ser apenas um direito de registo, é incontestavelmente um principio philosophico e humanitario.

Circumstancias ha porém que em todos os paizes devem modificar os principios, mesmo os mais bem baseados.

O atraso em que se acha por ora a nossa lavoura, a falta de transportes, a carestia de capitães, tudo isto deve influir na mente do legislador, e leva-lo a propor um direito de entrada aos cereaes estrangeiros que concilie, quanto possivel, os interesses do productor e do consumidor, faça converter em beneficio do thesouro as avultadas sommas que desvia o contrabando, e finalmente que fomentem um commercio de retorno que em taes circumstancias não pôde deixar de ter logar.

Levado d'estas ideas, senhores, tenho a honra de submeter á vossa apreciação o seguinte

PROJECTO DE LEI

Artigo 1.º São admittidos a despacho em todas as alfandegas de portos de mar, e portos secos do continente do reino, qualquer que seja a precedencia, o trigo, milho, centeio, cevada e farinha, pagando todos o direito que vae marcado na seguinte tabella:

Trigo por moio.....	6\$000
Milho dito.....	4\$000
Centeio dito.....	3\$600
Cevada dito.....	2\$500
Farinha (arroba).....	\$150

Art. 2.º Continua em vigor a legislação que impõe a todos os cereaes o direito de consumo na proporção de:

Trigo por alqueire.....	65
Milho.....	45
Cevada.....	45
Centeio.....	45
Farinha (arroba).....	110

Tudo o grão para fóra do concelho continuará a pagar o imposto de 10 réis por alqueire.

Art. 3.º Os direitos tanto de entrada como de consumo aqui designados, não são sujeitos a adições, nem a outro qualquer imposto.

Art. 4.º Fica revogada toda a legislação em contrario.

Sala da camera, 28 de março 1860.—Luiz Vicente da Afonseca, deputado pelo Funchal.

NOTICIAS DO REINO

CONTINENTE

Vizeu.—Na correspondencia particular d'esta cidade que publica o *Jornal do Porto* lê-se que a camara municipal havia feito uma plantação importante de arvores, o que diz o correspondente ser um importante serviço feito á cidade e ao concelho, a que nós acrescentamos, e ao paiz.

Sabugal.—Não são só as camaras municipais, como temos mencionado, que com a maior dedicação se occupam dos melhoramentos publicos dos seus concelhos; vemos com prazer que este patriotico empenho se estende tambem ás juntas de parochia. Segundo lêmos n'um dos ultimos numeros do *Viriato* a nova junta de parochia de Aldeia da Ponte, do concelho do Sabugal, tinha conseguido concertar quasi todos os caminhos da freguezia, alguns dos quaes se achavam intransitaveis. Para isto concorreram tambem os moradores da mesma parochia, dando cada um dois dias de trabalho.

Bom seria que tão louvavel exemplo encontrasse imitadores.

Porto.—A junta geral do districto tomou as seguintes deliberações nas ultimas sessões que celebrou, conforme o extracto que das mesmas publicam as folhas d'esta cidade:

«Resolven que, para a distribuição das quotas com

que as camaras municipaes têm a concorrer para as despesas do districto e expostos, se adoptassem para base as quotas que no anno anterior foram distribuidas segundo o organito municipal.

«Resolven que na consulta, que tem de se dirigir ao governo, se lhe pedisse a revogação da legislação vigente, a fim de serem isentos do pagamento de direitos de mercê e sellos os aforamentos dos baldios das camaras municipaes.

«Resolven que na mesma consulta se faça sentir a necessidade da criação de uma cadeira de instrução primaria, para o sexo feminino, na freguezia de Barreiros.

«Resolven que na mesma se recomende a necessidade da construção de uma cadeia, com as condições necessarias, na villa de Amarante, bem como as expropriações que se devem fazer na rua do Cotovello da mesma villa, a fim de a tornar mais larga, como convem á viação publica.

«E resolven igualmente para que se peca e indique ao governo a necessidade de providencia legislativa, alterando a lei do recrutamento em protecção á lavoura, e commodidade dos povos nos processos de reclamações, cortando o vexame que existe, quando têm de recorrer ás capitães dos districtos.

—O jornal acima citado, de 29 de março, dá conta do lamentavel successo, que transcrevemos em seguida:

«Ante-hontem ao cair da tarde houve uma desgraça, na pedreira de José Ramos, no Monte Pedral.

«A explosão de um tiro, que não deu tempo a que podesse fugir o pedreiro que pegava fogo ao rastilho, arrojou uma grande pedra, que bateu no dito pedreiro, e o deixou em estado, que, sendo conduzido para o hospital, soffreu ali hontem uma amputação no braço direito, pela articulação—radio-carpica.

«O infeliz chama-se Joaquim de Sousa Seabra, de 18 annos de idade, e é natural de Paranhos.

«Ahi fica pois inutilizado para o trabalho um pobre manco, no verdor dos annos, que para sustentar a vida só tem diante de si o recurso de esmolar o pão que lhe a alimente!...

«Triste futuro!»

—O *Porto e Carta* publica a seguinte noticia:

«O artista portuense, o sr. Joaquim Augusto de Lima, que brevemente vae para Londres dirigir a feitura das locomotivas, que inventou para as estradas ordinarias, diz que, segundo os seus calculos, os seus carros locomotores começarão a funcionar d'aqui a tres mezes por conta de duas companhias, uma portugueza e outra hespanhola, na estrada de Lisboa ao Porto, e do Porto á fronteira, e andarão em cada hora duas e meia a tres leguas, regularmente.»

Valença.—Chegaram a esta villa, conforme diz a *Rasão*, 12 praças do batalhão de caçadores n.º 5, que foram mandadas servir no batalhão de caçadores n.º 7.

NOTICIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 28, de Paris até 25, e de Londres até 27 do passado.

DESPACHOS TELEGRAPHICOS

Despachos dados pela *Correspondencia de Espana*: Turim, 25 de março.—Benedette chegou a esta cidade, encarregado de uma missão do governo francez.

O principe de Carignan partiu para Florença, na qualidade de lugar tenente do rei.

Ricasoli será nomeado governador interino da Toscana.

Dizem as correspondencias de Milão que as tropas francezas receberam ordem para não partir da Italia, por ter constado que as tropas napolitanas iam ser enviadas para os estados pontificios.

Bruxellas, 25.—O correspondente parisiense da *Independence Belge* diz que se aguarda a resposta que a Hespanha dará á nota do governo francez, sobre a annexação da Saboya, por isso que a questão das fronteiras da França pôde lesar a Hespanha, por parte das provincias vascongadas.

Londres, 27.—A noite houve na camara uma importante e acalorada discussão relativamente á annexação da Saboya e de Niza. Horman pronunciou um discurso injurioso e violento contra a politica adoptada pela França. Lord John Russell tomou a defeza do governo inglez. Começando por expor qual era o estado da questão, o nobre lord confessou que a annexação da Saboya e de Niza provocava grande desconfiança na Inglaterra, e até mesmo na Europa, contra o imperador Napoleão; e acrescentou que a independencia da Suissa tem um interesse europeu, como o provam as negociações travadas com as potencias, a fim de que seja mantida a sua neutralidade. Lord John Russell não occultou a sua opinião de que o procedimento do imperador para com o Piemonte justifica essa grande desconfiança; porém declarou que duvidava muito de que tomadas mesmo quaesquer resoluções energicas pelo parlamento inglez impedissem a annexação.

Como a Inglaterra proclamou que a despeito da sua opposição não fará a guerra para impedir a annexação, lord John Russell cre que esta annexação terá por consequencia novos augmentos de territorio por parte da França. Se isto acontecer, acrescentou o ministro inglez, não deixaremos de fazer causa commun com as outras potencias. Se novas questões se suscitarem, devemos estar preparados, pelo menos, para obrar com as outras potencias, declarando em termos positivos que a solução dos negocios da Europa e a paz do continente muito importam á Inglaterra; e que se não pôde manter a paz, estando a Europa exposta a constantes violações, e a diversas annexações de territorio. As grandes potencias devem estar dispostas a respeitar os direitos e os limites reciprocos, a desvanecer duvidas e desconfianças, e a restabelecer essa confiança mercantil, que é o resultado da paz, e que constitue a felicidade das nações.

As palavras de lord John Russell foram acollidas com calorosos applausos.

Sir Bright pronunciou um discurso favoravel á politica franceza, e os oradores da opposição declararam-se satisfeitos com as explicações dadas por lord John Russell.

Zurich, 26.—O embaixador suizo entregou a resposta á refutação de Thouvenel. O conselho federal de Berna celebrou hontem (25) uma extensa sessão.

Recebeu-se a noticia de que 600 francezes occupariam, no dia 28 de março, Annecy, e em consequencia d'isto, o conselho federal deu ordem para que sejam convocadas as tropas dos contingentes de Berna, Vaud, Neuchâtel, Friburgo e Valais.

A commissão saboyana envia uma exposição a Turim e a Paris, pedindo a annexação das provincias do norte á Suissa.

Antibes, 26.—Houve abstenção quasi geral na eleição dos deputados de Niza para o parlamento de Turim. Levantaram-se desordens entre os partidarios da França e os da Sardenha. Uns dão gritos anarchicos nas praças publicas, e os outros praticam escandalos nos theatros. A força armada a cada passo é obrigada a intervir nas pendencias entre cidadãos que, ha bem pouco tempo, eram essencialmente pacificos.

Turim, 26.—Resultado das eleições. Em Florença: Buoncompagni, Ricasoli, Cavour e Perivizi. Por Bolonha: Cavour, Besti, Pichet, Pepoli e Audinot. Por Turim: Cavour, Farini, Ricasoli. Por Milão: Cavour, Farini, Cataneo. Por Genova: Cavour.

A proclamação que o rei dirigiu aos povos da Italia central é concebida no mesmo sentido da que foi dirigida aos governadores Farini e Ricasoli.

Paris, 26.—Além dos jornaes ministeriaes, todos muito favoraveis ao gabinete hespanhol, a *Presse*, jornal hostil ao ministerio, publica no seu numero de hoje (26) os seguintes paragrafos: «O marechal O'Donnell, apoiado pelo entusiasmo unanime da nação hespanhola, continua a sua marcha victoriosa pelo imperio de Marrocos. Esta guerra não só faz honra ao valor, como ao patriotismo do povo hespanhol e do seu governo. O marechal O'Donnell, apesar da reputação militar que adquiriu, apesar da força de que dispõe, teve firmeza sufficiente para não reclamar outros poderes além dos que podiam conferir-lhe as instituições do seu paiz. A gloria de soldado soube reunir a de cidadão. Este respeito pela liberdade constitucional da parte dos chefes, este zelo patriotico da parte dos povos, não tardarão em dar á Hespanha resultados favoraveis, e desde já podemos prever o momento em que essa nação tornará a occupar entre as grandes potencias europeas a categoria que o despotismo lhe fez perder.

Roma, 24.—Celebrou-se um consistorio secreto. Nada consta acerca da allocação que sua santidade pronunciou n'essa reunião; porém sabe-se que ainda não foi proclamada a excomunição contra o rei Victor Manuel.

Napoles, 24.—O rei regressou de Gaeta. Hoje não se acredita em que as tropas napolitanas vão occupar a cidade de Roma.

Lamorieiere partiu para ali, segundo se diz, para tomar o commando do exercito pontificio.

Paris, 27.—As noticias da conclusão da guerra de Hespanha com o imperio de Marrocos foram perfeitamente acollidas.

Os fundos hespanhoes são muito procurados.

FRANÇA

O tratado entre a França e a Sardenha, para a cessão da Saboya e do condado de Niza, foi assignado em Turim no dia 24 de março ultimo. O jornal official francez publica no seu numero de 25 uma analyse d'esse documento. O rei da Sardenha cede as partes neutralizadas da Saboya, segundo as condições pelas quaes elle as possuía, e o imperador dos francezes compromette-se a entender-se sobre este assumpto com as potencias e com a Suissa.

O *Constitutionnel* dá tambem noticia de que foi assignado o tratado. A sua publicação official, diz o jornal citado, será a confirmação irrevogavel de um facto ultimado. A nota de mr. Thouvenel francamente expoz ás potencias as razões em que a França se fundava para reclamar a annexação. Depois d'esta declaração, a questão só devia ser tratada entre os dois gabinetes de Paris e de Turim, e só podia ser resolvida por um tratado diplomatico.

O *Constitutionnel* acrescenta que esta foi a maneira por que a questão foi encarada em S. Petersburgo, em Vienna e em Berlin. Quanto á resposta da Inglaterra, que chegou já, ella não pôde, diz o jornal francez, deixar de traduzir os sentimentos da opinião bem conhecida do parlamento, porém certamente não alterará as boas relações das duas nações aliadas.

Eis a analyse de que acima fallámos, e que encontramos publicada no dia 25 de março ultimo:

«O tratado pelo qual sua magestade o rei da Sardenha consente, sob a reserva da sanção das camaras, na reunião da Saboya e de Niza á França, foi assignado hoje em Turim. As principaes disposições do tratado são as seguintes:

Artigo 1.º O rei da Sardenha consente na reunião da Saboya e de Niza á França, e renuncia por sua parte, e por parte dos seus descendentes e successores, a favor do imperador dos francezes, os seus direitos sobre esses territorios. Esta reunião será effectuada sem que seja violentada a vontade das populações, e os dois governos conferenciarão sobre os melhores meios por que podem ser apreciadas as manifestações d'essa vontade.

Art. 2.º O rei da Sardenha transfere os logares neutraes da Saboya, com as mesmas condições por que elle hoje os possuía, e o imperador dos francezes promette entender-se a este respeito tanto com as potencias representadas no congresso de Vienna como com a confederação helvetica.

Art. 3.º, 4.º e 5.º Nomear-se-ão commissões mixtas encarregadas de determinar as fronteiras dos dois estados, sendo actualmente encarregadas de resolver as diversas questões incidentaes a que a reunião dêr logar.

Art. 6.º Os subditos sardos, oriundos de Saboya e Niza, gosarão, durante o espaço de um anno, da facultade de reclaenarem a conservação da neutralidade sarda.»

NOTICIAS SCIENTIFICAS

OBSERVATORIO METEOROLOGICO DO INFANTE D. LUIZ NA ESCOLA POLYTECHNICA

	BAROMETRO (PRESSÃO)	TERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
	Millimetros	Graus C.	Por 100	Rumos
9 m.	756,67	12,7	91,1	OSO.
3 t.	755,25	13,3	97,8	OSO.

Maxima—temperatura.....	14,8 C.
Minima.....	10,2 »
Ozone (de noite).....	9,0
Chuva (centimetro).....	6,5
Evaporação (vaporimetro).....	0,0 Mil.
Altura barometrica correcta.....	4,9 »
Altitude do barometro 95,1 metros.	
Temperatura á sombra.....	

NOTICIAS COMMERCIAES

MOVIMENTO MARITIMO

BARRA DE LISBOA

Dia 31 de março de 1860

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Mahomed Said, paquete belga a vapor, capitão M. J. Sfrantzen, de Odessa em 24 dias, de Constantinopla em 21, de Malta em 19, e de Gibraltar em 2 e meio, com milho a M. Walsh & C.º; 30 pessoas de tripulação. Destina-se para Corek e vem a este porto receber carvão. Entrou hontem ás 7 horas e meia da noite.

Jesus e Gloria, cahique portuguez, mestre J. Profrio, de Lagos em 8 dias, e de Sagres em 7, com figo; 10 pessoas de tripulação.

Estrella de Odeмира, hiate portuguez, mestre J. Sueiro, de Villa Nova do Milfontes em 4 dias e 4 horas, com carvão; 7 pessoas de tripulação.

Sultan, paquete inglez a vapor, capitão N. Cook, de Southampton em 4 dias, e 4 horas, de Vigo em 26 horas, e da barra do Porto em 17 horas, com varias fazendas a A. Van Zeller; 71 pessoas de tripulação, 8 malas, e 22 passageiros.

S. José, falucho hespanhol, capitão C. Tarrades

de Andrache em 50 dias, de Yriza em 40, e de Cadiz em 25, com sabão, e mais generos, ao seu consul; 9 pessoas de tripulação.

Marietta, brigue polaca hespanhol, capitão M. Bayona, de Ceuta em 30 dias, de Cezimbra em 10, e de Cascaes em 8 horas, em lastro, a ordens; 8 pessoas de tripulação e 2 passageiros, que são: José Moral, trabalhador; Miguel Bayona, menor; hespanhoes.

Destinam-se ambos para Santander, e vem arribados por causa do tempo.

EMBARCAÇÕES SAÍDAS

Tyne, paquete inglez a vapor, capitão J. H. Jellico, para Southampton, com fazendas, e encomendas; 116 pessoas de tripulação, e 143 passageiros. Saiu hontem ás 7 horas e 45 minutos da noite.

Stanley, vapor inglez, capitão R. Goble, para Liverpool, com assucar, algodão, e mais generos; 34 pessoas de tripulação, e 5 passageiros, que são: Francisco de Oliveira Franco, negociante; João Cavalcante de Albuquerque, sem emprego; brasileiros: F. Robinson, sem emprego, inglez; S. Ventaliano, C. Miranda, negociantes, napolitanos.

Bordo do vapor *Infante D. Luiz*, em frente de Belem, em 31 de março de 1860.—J. J. Cecilia Kol, capitão-tenente, commandante.

TELEGRAPHIA ELECTRICA

BOLETIM DO TELEGRAPHO PRINCIPAL

EM 31 DE MARÇO DE 1860

Serviço das barras

Da foz do Douro, do dia 30

Entradas.—Hespanhoes, vapor *Furia*, de Valencia, em 7 dias; vem arribado por falta de carvão; destina-se para Liverpool.—Lanchas *Saturnino*, de Noya, em 3 dias; *Vicario*, de Vigo, em 1 dia.

Não saiu nem se avista embarcação alguma. O mar está bom.—O vento esteve E. brande e N. forte, agora regular.

De Vianna do Castello, do dia 30

Não entrou embarcação alguma.

Saiu o hiate *Bom Jesus e Almas*, para Bristol, com fructa.

Barra boa.—Mar chão.—Vento N.

De Caminha, do dia 30

Saiu a rasca *Maria Isabel*, para a Ericeira.

Mar bom.—Vento NNO.

Da Figueira, do dia 30

Entradas.—Portuguezes, hiate *Esperança*, com milho; cahiques *Senhora do Rosario*, *Senhora da Boa Morte* e *Senhora do Rosario e Almas*; todos tres de Ceimbra, com pescaria.

Não saiu nem fóra da barra se avista embarcação alguma.

Mar bom.—Vento N. regular.

Da Ericeira, do dia 30

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar picado.—Vento NNO.—Tempo nevoado.

De Villa Nova de Portimão, do dia 25

Entrou o falucho hespanhol *Virgem das Mercês*, de Ayamonte, em lastro.

Esteve fundeado fóra da barra o vapor de guerra *Argus*, e ás duas horas e meia navegou para E. Mar bom.—Vento variavel.

Do dia 26

Entrou o cahique portuguez *Santa Brigida*, de Lisboa, em 2 dias, com varios generos.

Saídas.—Patacho hanoveriano *Leyana*, para S. Petersburgo, com cortiça.—Hiate portuguez *Eugenia*, para o Porto, com varios generos.

Mar bom.—Vento variavel.

Do dia 27

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar bom.—Vento variavel.

Do dia 28

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

O mar está bom.—Vento variavel.

Do dia 29

Não entrou embarcação alguma.

Saiu o patacho holdemburguez *Pfeil*, para S. Petersburgo, com cortiça.

O mar está bom.—Vento ONO. bonançoso.

De Villa Real de Santo Antonio, do dia 28

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

O mar bom.—Vento variavel.

Do dia 29

Não entrou nem saiu, nem se avista, embarcação alguma.

O mar está bom.—Vento SO. regular.

Do dia 30

Não entrou embarcação alguma.

Saídas.—Inglezes, brigue *Ceitas*, *Emborium*; patacho *Queen of the Abbs*; todos tres para Liverpool, com mineral.

Está fóra da barra um brigue.

O mar está bom.—Vento N.

De Faro, do dia 28

Entrou o cahique portuguez *Nova Brilhante*, de Gibraltar com trigo, fundeou no porto de Olhão com agua aberta.

Não saiu embarcação alguma.

Mar e tempo fresco.—Vento SE.

De Lagos, do dia 25